

# ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DATAS/MG

CONTRATO DE GESTÃO: Nº IGAM 03/2017  
ATO CONVOCATÓRIO: Nº 002/2018  
CONTRATO: Nº 14/2018

PRODUTO 1

Plano de Trabalho, Programa de Mobilização  
Social e Programa de Comunicação do PMSB

DEZEMBRO 2018

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



# ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DATAS/MG

## PRODUTO 1:

Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB

Contrato de Gestão: Nº 03/2017  
Ato convocatório: Nº 002/2018  
Número do contrato: Nº 14/2018

Dezembro de 2018

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



01	18/01/2018	Revisão	LM/TA/SC	VQ	VQ
00	12/12/2018	Minuta de Entrega	BC/SC/TA	VQ	VQ
<b>Revisão</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição Breve</b>	<b>Ass. do Autor.</b>	<b>Ass. do Superv.</b>	<b>Ass. de Aprov.</b>

## ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DATAS/MG

PLANO DE TRABALHO, PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO PMSB

Elaborado por:  
BC/TA/SC/LM

Supervisionado por:  
VQ

Aprovado por:  
VQ

Revisão	Finalidade	Data
01	3	18/01/2018

Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação



HIDROBR CONSULTORIA LTDA – EPP.  
Av. Prudente de Moraes, 44 – Sala 503 – Belo Horizonte/MG, 30380-002  
(31) 3504-2733 | [www.hidrobr.com](http://www.hidrobr.com)

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



## APRESENTAÇÃO

A HIDROBR – Soluções Integradas firmou com a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo o Contrato Nº 014/2018, referente ao Contrato de Gestão IGAM Nº 03/2017, para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de Datas, Gouveia e Lassance, em conformidade com o Ato Convocatório Nº 002/2018.

A Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, conduz a elaboração deste estudo, cuja instrução se dá pela universalização dos serviços, com qualidade e suficiência, proporcionando melhores condições de vida e saúde ambiental.

Este documento – Produto 1: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB – especifica o planejamento do processo de elaboração, incluindo, de maneira geral, bases metodológicas, atividades e cronograma de execução.

## SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	10
2. INTRODUÇÃO .....	11
3. OBJETIVO.....	12
4. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
4.1 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.....	13
4.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.....	15
4.3 Subcomitês de Bacia do Rio das Velhas .....	16
4.4 Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo.....	16
5. JUSTIFICATIVA .....	18
6. ÁREA DE TRABALHO.....	19
6.1 Contexto de Inserção Regional.....	19
6.2 Caracterização do Município de Datas.....	21
6.3 Contexto do Saneamento Básico no Município de Datas .....	23
6.4 Reunião inicial e principais desafios.....	27
7. MARCOS REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO .....	35
8. METODOLOGIA E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES .....	41
8.1 PRODUTO 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB .....	42
8.2 PRODUTO 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico .....	44
8.3 PRODUTO 3 - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações.....	47
8.4 PRODUTO 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências .....	50
8.5 PRODUTO 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico .....	52
8.6 PRODUTO 6 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese .....	53
8.7 FLUXOGRAMA .....	54
9. BASES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO. 56	
10. RESPONSABILIDADES .....	58
11. CRONOGRAMA.....	62
12. PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	64
12.1 Introdução .....	64
12.2 Objetivos.....	65
12.3 Metodologia.....	66
13. REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO .....	84

<b>14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO B – ATA REUNIÃO INICIAL COM PREFEITURA .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO C – DECRETO Nº 118, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018 .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO D – CHECKLISTS .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COM O GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DATAS.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO F – ATA DA REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO AO GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DATAS .....</b>	<b>116</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 4.1 - Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.....</b>	<b>14</b>
<b>Figura 6.1 - Reunião Agência Peixe Vivo .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 6.2 - Reunião Prefeitura .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 6.3 - Poço para captação de água.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 6.4 - Estação de Tratamento de Esgoto.....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 6.5 - Destinação final de resíduos sólidos .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 6.6 - Locais com problemas de drenagem em áreas urbana.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 7.1 - Marcos PMSB .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 8.1 - Fluxograma com facilitadores e dificultadores em cada etapa de construção do PMSB .....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 10.1 - Fluxo de Aprovação de Documentos .....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 11.1 - Cronograma de atividades .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 12.1 - Modelo de Formulário de Contribuições.....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 12.2 - Modelo do folder (frente) .....</b>	<b>74</b>
<b>Figura 12.3 - Modelo do folder (verso) .....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 12.4 - Modelo de cartaz .....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 12.5 - Modelo de convite .....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 13.1 - Reunião com Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Datas .....</b>	<b>85</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 6.1 - População por distrito/povoado .....</b>	<b>21</b>
<b>Tabela 6.2 - Participantes Reunião Prefeitura.....</b>	<b>29</b>
<b>Tabela 6.3 - Contato Municipal.....</b>	<b>29</b>
<b>Tabela 6.4 - Membros do Grupo de Trabalho PMSB .....</b>	<b>31</b>
<b>Tabela 8.1 - Estruturação metodológica.....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 9.1 - Base de dados para elaboração do PMSB .....</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 10.1 - Responsabilidades das Entidades Envolvidas .....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 12.1 - Dinâmica de divulgação carro de som.....</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 12.2 - Dinâmica de distribuição de faixas .....</b>	<b>79</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 12.1 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação para o Lançamento do PMSB no Município de Datas.....	80
Quadro 12.2 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Datas.....	81
Quadro 12.3 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação dos Programas e Ações Necessárias no Município de Datas .....	82
Quadro 12.4 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico .....	83

## LISTA DE NOMENCLATURAS E SIGLAS

Agência Peixe Vivo – Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo  
CadÚnico – Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal  
CBH Rio das Velhas – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas  
CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental  
Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
CORESAB – Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas  
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
DATASUS – Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde  
DESA – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental  
DHAE – Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Feam – Fundação Estadual de Meio Ambiente  
FJP – Fundação João Pinheiro  
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde  
GT – Grupo de Trabalho  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão de Águas  
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MG – Minas Gerais  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PDRH – Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas  
PESB-MG – Plano Estadual de Saneamento Básico  
PGIRS – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PIB – Produto Interno Bruto  
Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico  
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico  
PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico  
PNSR – Programa Nacional de Saneamento Rural  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual de Aplicação  
RSS – Resíduos de Serviços de Saúde  
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos  
SEGRH/MG – Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos  
Semad – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SNISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento  
TDR – Termo de Referência  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UPGRH – Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos  
UTE – Unidade Territorial Estratégica

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



## 1. DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

<b>Contratante:</b>	Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo
<b>Contrato:</b>	14/2018
<b>Assinatura do Contrato em:</b>	01 de novembro de 2018
<b>Assinatura da Ordem de Serviço em:</b>	12 de novembro de 2018
<b>Escopo:</b>	Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os Municípios de Datas, Gouveia e Lassance, na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
<b>Prazo de Execução:</b>	10 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço
<b>Cronograma</b>	Conforme apresentado no item 11 deste relatório
<b>Valor global do contrato:</b>	R\$ 299.059,85 (duzentos e noventa e nove mil e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
<b>Documentos de Referência:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ato Convocatório Nº 002/2018</li> <li>• Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico” da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)</li> <li>• Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico do Ministério das Cidades</li> <li>• Proposta Comercial da HIDROBR CONSULTORIA LTDA - EPP.</li> </ul>

## 2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é uma ferramenta de planejamento estratégico que direciona as ações a serem executadas no âmbito da política pública de saneamento. Como instrumento, define critérios, metas, ações e agentes para alcance dos objetivos propostos de forma coletiva, englobando medidas estruturais e estruturantes, que extrapolam a abrangência sistemática através da representatividade de parâmetros intersetoriais de gestão, educação e participação social. Rigorosamente, o PMSB tem por finalidade apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o delineamento para o setor, considerando o horizonte 20 (vinte) anos e metas de curto, médio e longo prazo.

O estudo busca delinear ações após análise de demandas e necessidades de melhoria dos serviços no território. Nesse sentido, deve consolidar instrumentos de planejamento e gestão, visando a universalização do acesso aos serviços, a garantia de qualidade e suficiência no suprimento dos mesmos, a promoção da melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais.

Na ausência de Política Municipal de Resíduos Sólidos, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve atender às especificações do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

A elaboração do PMSB deve estar em consonância com políticas públicas previstas para o município e região onde se insere, de modo a compatibilizar as soluções a serem propostas com as leis, planos e projetos relacionados à área de estudo. Este Plano de Trabalho objetiva apresentar o planejamento da elaboração do PMSB do município de Datas.

### 3. OBJETIVO

O presente documento, referente ao Produto 1 - Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB, tem como objetivo a apresentação do planejamento do processo, metodologia e atividades para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Datas em todo seu território, conforme Termo de Compromisso assinado (Anexo A).

## 4. CONTEXTUALIZAÇÃO

### 4.1 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

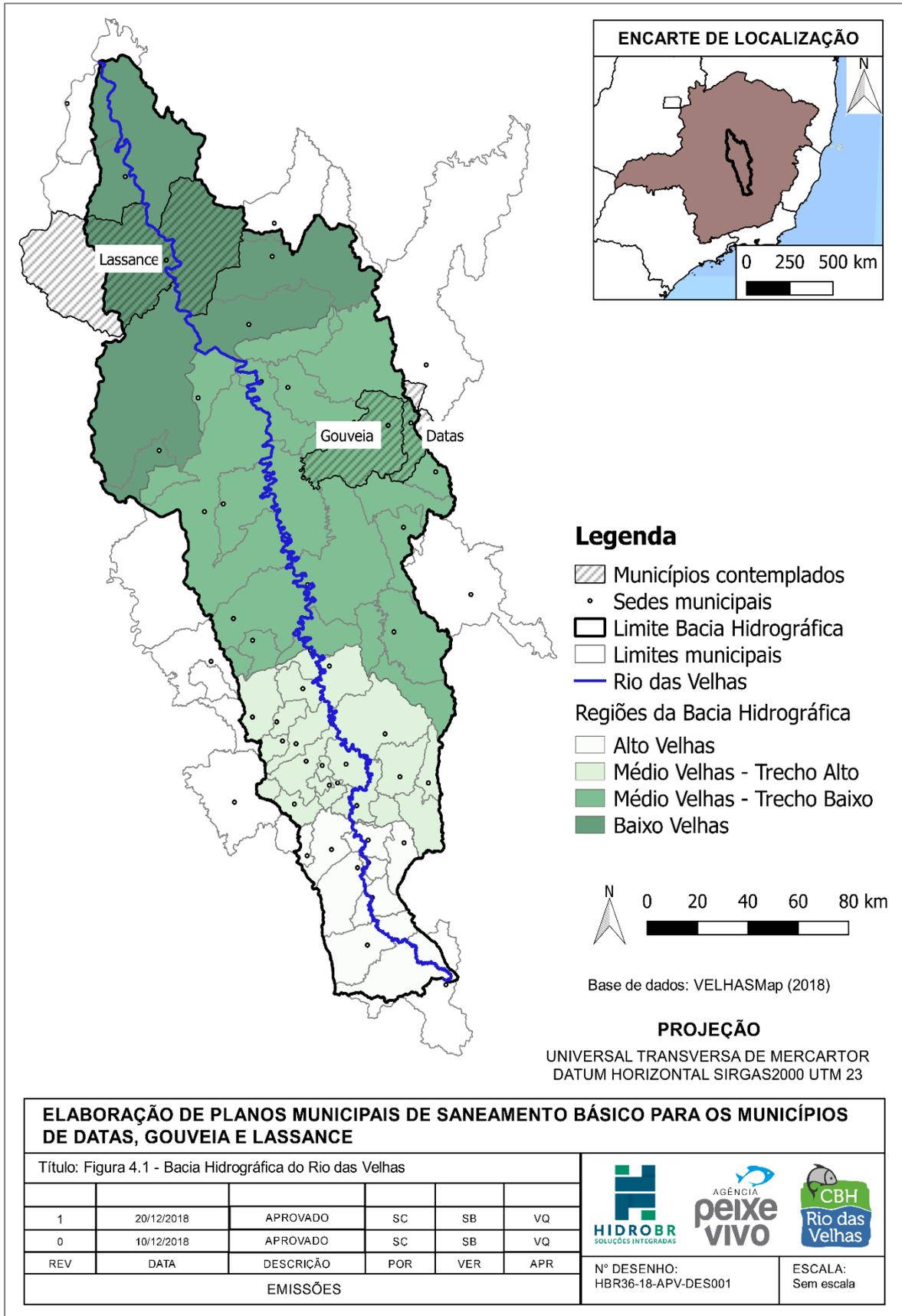
A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas está localizada na região central do Estado de Minas Gerais e possui uma área de 29.173 km<sup>2</sup>, equivalente a 4,05% da Bacia do São Francisco. O Rio das Velhas compreende 801 km de extensão e é o maior afluente da Bacia do São Francisco. Ele nasce dentro do Parque Municipal das Andorinhas em Ouro Preto e deságua no Rio São Francisco, no Distrito de Guaicuí em Várzea da Palma.

A área de estudo, compreendendo o território do município de Datas, encontra-se inserida na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) SF5 - Bacia do Rio das Velhas, de acordo com o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos (SEGRH/MG). O Sistema, instituído pelo governo de Minas Gerais por meio da Lei Estadual 13.199/1999, divide o estado em 10 (dez) bacias hidrográficas e 36 (trinta e seis) UPGRHs.

A Bacia do Rio das Velhas, por sua vez, encontra-se dividida em 23 (vinte e três) Unidades Territoriais Estratégicas (UTES), conforme define a Deliberação Normativa CBHVELHAS Nº 01/2012. As UTES estabelecem limites territoriais para a criação dos Subcomitês de Bacias, apesar de nem todas possuírem o órgão.

O município de Datas faz parte da UTE Rio Paraúna, no Médio Velhas – Trecho Baixo. A Figura 4.1 ilustra o território pertencente à bacia, dando destaque aos municípios contemplados em suas regiões.

**Figura 4.1 - Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**



Fonte: HIDROBR (2018).

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



## 4.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Em 1998, o Decreto Estadual Nº 39.692 instituiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) que, atualmente, é composto por 28 (vinte e oito) membros, apresentando estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil Organizada.

O CBH Rio das Velhas tem como finalidades promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica, econômica e financeira do programa de investimento; e consolidar a política de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentado da bacia.

Desde sua instituição, destacam-se como atuações: o enquadramento dos cursos de água do Rio das Velhas, por meio da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental COPAM Nº 10/1986, revogada pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG Nº 01/2008; e o apoio à elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas (PDRH), em 1999, cuja atual versão é de 2015.

Como forma de viabilizar os planos e projetos que envolvem o saneamento básico na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, o CBH Rio das Velhas publicou a Deliberação Nº 06/2011, que estabelece critérios e procedimentos para que os municípios, com áreas contidas na Bacia, possam requisitar recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para contratação de serviços técnicos na elaboração de seus PMSBs. Desta forma, consolidou-se um arcabouço legal e administrativo para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico dos municípios que integram a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Nesta bacia, 7 (sete) municípios: serão contemplados com Planos de Saneamento, entre eles: Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Jequitibá, Datas, Gouveia e Lassance. De acordo com os dados discutidos e metas e ações estabelecidas no PDRH, avalia-se a iminência de garantir a implementação dos PMSBs e alcançar a melhoria da qualidade de vida da população, buscando o desenvolvimento sustentável da região.

### 4.3 Subcomitês de Bacia do Rio das Velhas

Os subcomitês de bacias foram criados em 2004, através da Deliberação Normativa Nº 02/2004. Esta formação foi decorrente da descentralização já praticada pelo Projeto Manuelzão, que apresentava núcleos em diversos pontos da bacia. Atualmente existem 18 (dezoito) subcomitês estabelecidos junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Datas faz parte do Subcomitê Rio Paraúna. Normalmente, os encontros dos membros do Subcomitê do Rio Paraúna são realizados na segunda terça-feira do mês, alternando entre o município de Gouveia e outro município da UTE.

São grupos consultivos e propositivos compostos por representantes da sociedade civil, usuários de água e poder público que possuem funções relacionadas à questão ambiental, com atuação nas sub-bacias da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Permitem uma inserção local e qualificam debates e análises do Comitê de Bacias do Rio das Velhas através da articulação local. Podem ser consultados sobre conflitos referentes aos recursos hídricos e problemas ambientais constatados.

### 4.4 Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo

A Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil. Tem como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos, deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, foi criada em 15 de setembro de 2006 e equiparada no ano de 2007 à Agência de Bacia Hidrográfica (denominação das Agências de Água definida em Minas Gerais, conforme a Lei Estadual Nº 13.199/1999) por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

A Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer funções de Entidade Equiparada das funções de Agência de Bacia para 2 (dois) comitês estaduais mineiros,

CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), e ao comitê federal CBH Verde Grande (SF10). Além destes, a Agência Peixe Vivo participou do processo de seleção e foi escolhida para ser a Entidade Delegatária das funções de Agência de Águas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

## 5. JUSTIFICATIVA

Conforme previsão da Lei Federal Nº 11.445/2007, todo município deve possuir um Plano Municipal de Saneamento Básico, promovendo melhoria no abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo das águas pluviais e manejo dos resíduos sólidos, e limpeza urbana.

O CBH Rio das Velhas se articula para investir recursos na elaboração desses planos, visando melhorias da quantidade e qualidade das águas da Bacia do Rio das Velhas.

No Plano Plurianual de Aplicação - PPA dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, referente ao período 2018-2020, foi aprovado na Deliberação CBHVELHAS Nº 07/2017. Nele, consta a relação de ações a serem executadas com os recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, inclusa a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Proporcionar a todos o acesso universal ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade é fundamental para garantia da saúde pública, sendo questões estas postas como desafio para as políticas sociais. Neste sentido, o CBH Rio das Velhas financiou a elaboração de 21 (vinte e um) Planos Municipais de Saneamento Básico, dentre os 51 (cinquenta e um) municípios que pertencem à bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Por decisão da Diretoria, entre os anos de 2018 e 2019, o Comitê irá financiar a elaboração do PMSB de mais 7 (sete) municípios pertencentes à bacia, a citar Datas, ao qual o presente estudo contempla.

## 6. ÁREA DE TRABALHO

### 6.1 Contexto de Inserção Regional

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 determina ser competência conjunta entre União, Estados e Municípios a promoção de programas para melhorias das condições de saneamento.

Atualmente, o saneamento básico possui diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal através da Lei Nº 11.445/2007, detalhadas no Decreto Nº 7.217/2010. As conceituações apresentadas são referentes a:

- Abrangência dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, e gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Reaquisição, pelo município, de um papel preponderante na titulação dos serviços de saneamento, tornando-o responsável pelas atividades de gestão: planejamento, prestação, regulação, fiscalização e controle social;
- Possibilidade de execução direta dos serviços pelo titular ou delegação da prestação por mecanismos de contrato de concessão ou programa, delegação a entidade descentralizada, entre outros;
- Exigência de aprovação do plano municipal de saneamento com mecanismos de controle social e de normas de regulação e inclusão da delegação de entidade reguladora para validade dos contratos de prestação de serviço;
- Consequente necessidade de elaboração de plano de saneamento básico para promoção da delegação dos serviços;
- Condicionamento ao acesso a financiamento federal pelo titular à apresentação do plano municipal e à criação de entidade de controle social, desde publicação do Decreto Nº 8.211/2014.

A legislação destacou a importância do planejamento do setor, que corrobora com a necessidade de grandes investimentos para atingir as metas para os serviços de saneamento em um horizonte temporal satisfatório. O objetivo só consegue ser

alcançado com planificação adequada, orientando recursos escassos com eficiência e eficácia.

Contudo, o mérito de estabelecimento de um planejamento sistemático contempla a integração de todos os atores, o que vai além das fronteiras econômico-financeiras. Assim, é permitido que tomadores de decisão se capacitem ao monitoramento e acompanhamento da evolução de resultados, mas que, além disso, reajam a tempo e com resiliência para possíveis mudanças de orientação no trabalho buscando o alcance dos objetivos propostos.

Destaca-se, ainda, as diretrizes de regulação e fiscalização dos serviços, o que diz respeito ao estabelecimento, para prestadores, de regras gerais e verificação de cumprimento efetivo das mesmas.

A Política Federal de Saneamento Básico instituiu através da mesma lei a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab e planos regionais de saneamento básico, estes a serem formulados e executados em articulação com unidades de federação e municípios.

No âmbito estadual, está para ser iniciada a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB-MG). Embora ainda sem materialização, seus estudos trarão diretrizes que podem influenciar as políticas municipais em Minas Gerais, conseqüentemente os planos municipais.

A existência de Planos Municipais de Saneamento Básico se alinha como um dos principais procedimentos para organizar a gestão dos serviços e observa que a regulação e prestação de serviços observem o apresentado pelo plano. Sendo unicamente importante para a universalização do saneamento.

Conforme resultados apresentados pelo Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil (2017), o resultado atingido pelas metas do Plansab para porcentagem de municípios brasileiros com Plano (32% em 2018, 51% e, 2021 e 90% e, 2033) foi de 30% na preliminar ao final do ano de 2016. Sendo que 68%

declaram estar em fase de elaboração do Plano, cujo limite de um ano, conforme o Decreto 8.629/2017, seria já contemplado para a ultrapassagem da meta de 32% ao fim de 2018.

## 6.2 Caracterização do Município de Datas

O município de Datas possui seu território de 310,23 km<sup>2</sup> localizado no estado de Minas Gerais, região do Alto Jequitinhonha. Pertence à Bacia do Rio das Velhas, componente à Bacia do São Francisco. Datas tem como limite os municípios de Diamantina, Serro, Presidente Kubitschek, Conceição do Mato Dentro e Gouveia e se localiza aproximadamente 270 km da capital Belo Horizonte. Dispõe de acesso principal pela rodovia MG-259.

De acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, o município de Datas possuía uma população de 5.211 habitantes, sendo que o valor estimado para o ano de 2017 é de 5.471 pessoas, sendo 59,26% população urbana, cerca de 3.242 habitantes, e 40,74% população rural, ou 2.229 habitantes. A densidade demográfica é 16,80 hab/km<sup>2</sup>.

Possui os seguintes distritos e povoados e respectivas populações, conforme Tabela 6.1:

**Tabela 6.1 - População por distrito/povoado**

<b>Distrito</b>	<b>População (habitantes)</b>
Sede	3.321
Tombadouro	765
<b>Povoado</b>	<b>População (habitantes)</b>
Palmital	395
Vargem do Basto	198
Poço Fundo	124
Cachimbos	119
Fazenda Santa Cruz	153
Lages	50
Cubas	159

Fonte: Prefeitura Municipal, 2018.

Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,616, situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. Dentre os parâmetros levados em conta, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,756, seguida de Renda, 0,590, e de Educação, 0,524.

De acordo com a mesma fonte para o ano de 2010, a esperança de vida ao nascer era 70,4 anos, a mortalidade infantil estava na faixa de 23,5 a cada 1000 nascidos, a mortalidade até 5 anos de idade era 27,4 a cada 1000 crianças e a taxa de fecundidade total era de 1,9 filhos por mulher em idade reprodutiva.

Ainda, em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 85,82%; a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era 87,04%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era 52,46%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era 38,85%. Já o indicador de escolaridade da população adulta, 18 anos ou mais, com o ensino fundamental completo era de 33,13%.

Por fim, com uma população economicamente ativa de 64,4%, a renda per capita média de Datas em 2010 era de R\$ 313,84. A desigualdade de renda descrita através do Índice de Gini, que varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de total igualdade e 1 a completa concentração de renda, foi de 0,42 no mesmo ano. De acordo com o IBGE (2015), a economia municipal é focada na atividade agropecuária.

A região está inserida no bioma do Cerrado (IBGE, 2010). A temperatura média anual é de 18,3°C. As máximas estão entre 19,6 e 20,1°C, ocorrendo nos meses de fevereiro e março; as temperaturas mínimas entre 15,5 e 16°C ocorrem em junho e julho. A precipitação média no município de Datas situa-se em torno de 1.285 mm anuais, sendo o verão o período mais chuvoso (INMET, 2010). Os solos predominantes são Latossolos vermelhos-amarelos distróficos, característico de todo o estado de Minas Gerais (Feam, 2016).

De acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas – PDRH (2015), os cursos d’água na proximidade do município se enquadram na Classe 1, e Classe 2, estas que, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 357/2005, sendo destinados às seguintes atividades: classe 1 - águas que podem ser destinadas à recreação de contato primário e à proteção das comunidades aquáticas; à aquicultura e à atividade de pesca; classe 2 - águas que podem ser destinadas, à pesca amadora e à recreação de contato secundário.

Segundo ainda o PDRH, o uso e cobertura do solo está 55,7% antropizado na Região Médio Velhas – Trecho Baixo, da qual o município faz parte.

### 6.3 Contexto do Saneamento Básico no Município de Datas

Este item apresenta um panorama geral do saneamento básico no município de Datas, com informações preliminares afetas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

Na etapa seguinte ao Plano de Trabalho, referente ao Diagnóstico, as informações previamente levantadas serão devidamente consistidas e detalhadas.

- **Abastecimento de Água**

De acordo com a Lei Municipal Nº 437/2013 - *Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na rede do município* e diagnóstico do seu anexo único “Plano Municipal de Saneamento Básico”, o município contava com condições precárias de abastecimento de água: distribuição sem tratamento com estação inoperante, redes de distribuição em ferro galvanizado a serem substituídas, poços a serem desativados para captação, e necessidades apontadas para cobertura de reservatório, reformas, conjuntos de bombas novas e padronização de ligações prediais, que não tinham hidrometração. Outras informações mais atuais e de outras fontes, como o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), indicam melhorias que possivelmente ocorreram durante o período entre 2013 e 2016 no município.

Destaca-se que tal Plano foi elaborado com intuito exclusivo de conceder os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à Copasa e não atende aos requisitos mínimos exigidos pela Lei Nacional do Saneamento Básico (LNSB).

Segundo informações do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2016 do SNIS, o município de Datas tem o serviço de abastecimento de água da sede municipal prestado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), com concessão até o ano de 2044, fruto do contrato assinado em 2014. Houve apenas um funcionário da Copasa alocado em 2016. Os serviços de abastecimento de água de outras localidades (distritos e povoados) é de responsabilidade da Prefeitura, não existindo cobrança por eles e havendo algumas sem a prestação.

Sobre o serviço prestado pela Copasa, observa-se que todo o volume de água é de origem subterrânea, com tratamento por simples desinfecção. O índice de atendimento urbano era próximo a 98% em 2016. Quase 2% das ligações não possuem hidrometração, o que coloca o município entre os 20% piores nesse requisito em Minas Gerais. Já o índice de macromedição informado é de 100%, apesar de não ser possível apurar com precisão sobre o volume distribuído. As informações anteriores são relevantes para apuração do índice de perdas, que foi de 25% em 2016, próximo à média dos municípios de Minas Gerais, mas considerado significativo em se tratando de fonte subterrânea.

O consumo de água por economia no município é muito baixo, de apenas 6 m<sup>3</sup>, o que posiciona o município entre os 5% de menor consumo por economias no estado. Algo preocupante diz respeito a um indicador que tem relação com a inadimplência, que chegou a 26 (vinte e seis) dias em 2016, o que coloca o município entre os 20% piores em Minas. Tal resultado pode estar associado a uma série de razões, desde limitada capacidade de pagamento da população frente às faturas cobradas até grau de percepção da qualidade do serviço, ou mesmo por um aspecto cultural local. Na reunião inicial foi relatado pelos representantes da Prefeitura a insatisfação da população em relação aos valores das tarifas de água praticadas pela Copasa.

Quanto à qualidade, houve algumas amostras fora do padrão com relação a cloro residual (quatro amostras), ou 0,94% das amostras analisadas, e de coliformes totais (uma amostra fora do padrão), ou 0,82% das amostras analisadas, percentuais entre os mais elevados em Minas Gerais. Não há informações sobre registros de intermitências ou paralisações.

Para aspectos econômico-financeiros, as receitas superaram as despesas no município em 2016, com a tarifa média praticada no valor de R\$ 5,08/m<sup>3</sup> frente uma despesa total média com os serviços de R\$ 4,10/m<sup>3</sup>, sendo a despesa de exploração média de R\$ 2,76/m<sup>3</sup>. A margem de despesa de exploração, que mede a relação entre despesa de exploração e receita direta, foi de 54,41%, localizando o município entre os menores 5% nesse quesito, o que implica que a receita supera a despesa, havendo margem para investimento. Apesar de o SNIS não contar com informações de ativos que permitiriam o cálculo dos custos de capital, os índices sugerem que o município gera lucro para a Copasa e que poderia haver mais investimentos.

- **Esgotamento Sanitário**

De acordo com o anexo único da Lei Municipal Nº 437/2013, “Plano Municipal de Saneamento Básico”, o município contava com uma estação de tratamento de esgotos com obras concluídas, composta por tratamento preliminar, reator UASB e leito de secagem, da qual o lodo produzido seria encaminhado para o aterro controlado mantido pela Prefeitura. Recentemente foi concluída a obra do sistema de esgotamento sanitário no município com recursos da Funasa, que irá atender praticamente a totalidade da população da sede. O contrato de programa assinado delega a Copasa a prestação dos serviços de esgotamento sanitário na sede. No entanto, a Companhia ainda não iniciou a operação dos serviços, mesmo com sucessivas cobranças da Prefeitura de Datas.

Segundo o SNIS 2016, o serviço de esgotamento sanitário da sede municipal é prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, localidades sem a prestação. Não existe cobrança pelos serviços. Há 100% de coleta, mas não há tratamento de esgoto.

Vários dados estão ausentes, o que evidencia condições de prestação de serviços que podem ser aprimoradas no que diz respeito à gestão e ao planejamento.

- **Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos dos Serviços de Saúde**

De acordo com o anexo único da Lei Municipal Nº 437/2013, “Plano Municipal de Saneamento Básico”, o município conta com 100% de atendimento do serviço de limpeza urbana. A coleta de resíduos fica a encargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. A varrição da sede do município é realizada pela Prefeitura. Os Resíduos do Serviço de Saúde são coletados por uma empresa terceirizada, já os Resíduos da Construção Civil são coletados pela Prefeitura e utilizados na manutenção de estradas.

Segundo dados do SNIS no Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2016, a Prefeitura Municipal de Datas é responsável pela gestão dos resíduos no município na forma de administração pública direta e com abrangência local. A taxa de cobertura da coleta, a qual não é seletiva e também não é terceirizada, em relação à população total é de 75,13%, sendo que a em relação à população urbana a porcentagem aumenta para 98,95%. 90% das residências possuem a coleta de 2 (duas) a 3 (três) vezes por semana e os 10% restantes, 1 (uma) vez por semana. É estimada uma geração per capita da população total de 0,25 kg/(hab.dia).

Ainda segundo o SNIS, a extensão total varrida no município chega a 2.726 km. Há ainda os serviços de poda de árvores, capina e roçada, limpeza de feiras e mercados, bocas de lobo e de animais mortos. Não há cooperativas e associações de catadores, apenas a presença destes profissionais de maneira dispersa. A taxa de empregados por 1.000 habitantes é igual a 3,4 e a incidência de empregados próprios é de 100%. Para aspectos econômico-financeiros, há 0,88% de incidências de despesa com Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) na prefeitura, R\$ 41,24 de despesa per capita.

Com base no diagnóstico de Situação de Tratamento e/ou Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos Minas Gerais 2016, o município possui tipologia de lixão

para destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos. E segundo o diagnóstico Destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS (Ano-base 2014), o município de Datas é caracterizado com “Incineração”.

De acordo com o Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Bacia do São Francisco (2010), a regionalização para a gestão de resíduos sólidos urbanos, a qual levou em conta os pilares socioeconômicos, de caracterização de resíduos e de logística de transporte, incluía um Consórcio Intermunicipal, regulamentado pela Lei Federal Nº 11.107/2005, que foi proposto e teve o protocolo de intenções assinado entre 15 (quinze) municípios mineiros, incluindo Datas, sendo a sede do consórcio em Curvelo. O Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas – CORESAB foi instituído em 2009 e recentemente elaborou um diagnóstico sobre a situação dos resíduos nos municípios, bem como uma primeira concepção e avaliação técnica e econômica para a disposição final dos resíduos dos municípios consorciados.

- **Manejo das Águas Pluviais e Drenagem Urbana**

O anexo único da Lei Municipal Nº 437/2013, “Plano Municipal de Saneamento Básico”, não realiza diagnóstico do manejo de águas pluviais e drenagem urbana, contudo, cita planos e diretrizes na temática, incluindo de evitar a saturação do sistema de drenagem natural decorrente de padrão de urbanização com altas taxas de impermeabilização e a promoção da conservação da rede hidrológica, incluindo revegetação da mata ciliar.

O município apresenta infraestrutura precária de drenagem urbana, executada de forma pontual e desarticulada, conforme ocorrem problemas com enchentes e, de maneira mais extrema, inundações.

## **6.4 Reunião inicial e principais desafios**

### **6.4.1 Reunião de alinhamento Agência Peixe Vivo e HIDROBR**

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Para dar início ao projeto foi realizada uma reunião entre a Agência Peixe Vivo, a equipe técnica da HIDROBR e a equipe de mobilização do CBH Velhas dos subcomitês onde estão inseridos os municípios relativos a esse projeto, no dia 14 de novembro de 2018 na sede da Agência. O objetivo principal foi fazer o alinhamento tanto das questões técnicas quanto das administrativas, bem como apresentar as equipes envolvidas na elaboração dos planos. O momento é retratado na Figura 6.1.

**Figura 6.1 - Reunião Agência Peixe Vivo**



Fonte: CBH Rio das Velhas (2018).

#### **6.4.2 Reunião Inicial com a Prefeitura**

A primeira reunião no município ocorreu no dia 21 de novembro de 2018 e contou com a presença dos profissionais listados na Tabela 6.2. A ata pode ser vista no Anexo B.

**Tabela 6.2 - Participantes Reunião Prefeitura**

Nome	Cargo/Instituição
Gonçalo (Teco)	Prefeito
Wellington	Vice-prefeito
Milton (Miltinho)	Secretário Geral
Antônio	Secretário de Obras
Viviane	Secretária de Saúde
Silvana	Engenheira Civil (Secretaria de Obras)
Vitor Queiroz	HIDROBR
Bruno Carrara	HIDROBR
Thaís	HIDROBR
Izabel	Subcomitê Paraúna

Fonte: HIDROBR (2018).

Foi feita uma explanação geral sobre a elaboração do Plano, a origem do recurso fruto da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio das Velhas e a contratação pela Agência Peixe Vivo. Em seguida foi discutida a situação do saneamento no município, tanto da área urbana quanto das áreas rurais. Foi designado ao Vice-prefeito Wellington e ao Secretário de Governo Milton serem as referências de contato do município, conforme a Tabela 6.3. A Figura 6.2 retrata o momento.

**Tabela 6.3 - Contato Municipal**

Cargo	Nome	Telefone	E-mail
Vice-Prefeito	Wellington		
Chefe de Gabinete - Secretário de Governo	Milton	(38) 99737-7174	gabinete@datas.mg.gov.br

Fonte: HIDROBR (2018).

**Figura 6.2 - Reunião Prefeitura**



Fonte: HIDROBR (2018).

Na parte da tarde foram realizadas visitas nos sistemas de água, esgoto e resíduos, bem como locais com problemas de inundação e um dos distritos do município de Datas.

Conforme orientado, o município de Datas elaborou o Decreto (Anexo C) que institui o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do PMSB. Seus membros podem ser vistos na Tabela 6.4.

**Tabela 6.4 - Membros do Grupo de Trabalho PMSB**

Nome	Cargo	Instituição/Secretaria
Wellington Sebastião de Paula	Vice-Prefeito	Vice-Prefeitura
Milton Luiz de Ávila	Secretário Geral Gabinete	Secretaria Geral do Gabinete
Antônio Geraldo do C. Moreira	Secretário de Obras	Secretaria Municipal de Obras Púb. S.U.S.T.
Viviane das Dores Araújo	Secretária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Meire Borges F. Fernandes	Secretária de Educação	Secretária Municipal de Educação
Vanderlei da C. Pereira	Diretor de Agropecuária	Secretaria Municipal de Agropecuária, I.C.M.A
Celso Andrade Fernandes	Vereador	Câmara Municipal de Vereadores
Leonnardo Salvato Sigiliano	Assessor de Engenharia	Secretaria Municipal de Obras/CII-AMAJE
Rita de Cássia A. de Paula	Assessora Jurídica	Procuradoria Jurídica Municipal
João Luiz Silveira	Técnico	EMATER local
Sônia Maria da Silva	Conselheira	Conselho Municipal de Saúde
Haroldo José de Oliveira	Presidente do Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Datas
Amauri Ribas (Titular)	Encarregado	COPASA – Distrito Regional de Diamantina
Hernani de Paula (Suplente)	Operados Sistema de Água	COPASA – Distrito Regional de Diamantina

Fonte: Prefeitura Municipal (2018).

### 6.4.3 Principais desafios identificados

Após primeira visita, reunião com representantes da Prefeitura, das prestadoras de serviço, e conversas e entrevistas com moradores, foram levantados os principais problemas, que deverão merecer atenção especial durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Trata-se de uma avaliação preliminar, uma vez que o diagnóstico permitirá um aprofundamento quanto à situação do saneamento em Datas:

- Infraestrutura de esgoto da sede pronta e não tem início a operação de esgoto pela Copasa;
- Reclamação dos valores das tarifas (acessibilidade financeira) pela população, sendo que cobrança pelo serviço de esgoto não foi iniciada;
- Solução inadequada para destinação final dos Resíduos Sólidos;
- Saneamento nas áreas rurais;
- Problemas com drenagem em alguns pontos da sede;
- Ausência de Controle Social;
- Dificuldades com a gestão dos serviços sob responsabilidade da Prefeitura e gestão do contrato com a prestadora de serviços de água e esgoto (Copasa);

- Falta de recursos para investimento, operação e manutenção dos sistemas de saneamento.

As Figuras 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6 ilustram a situação do saneamento no município em cada um de seus componentes, retratadas no dia 21 de novembro de 2018 durante a visita preliminar.

**Figura 6.3 - Poço para captação de água**



Fonte: HIDROBR (2018).

**Figura 6.4 - Estação de Tratamento de Esgoto**



Fonte: HIDROBR (2018)

**Figura 6.5 - Destinação final de resíduos sólidos**



Fonte: HIDROBR (2018).

**Figura 6.6 - Locais com problemas de drenagem em áreas urbana**



Fonte: HIDROBR (2018).

## 7. MARCOS REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Para a elaboração deste trabalho, alguns instrumentos são estrategicamente elencados como marcos referenciais. De forma a dar coerência e base aos estudos e propostas, destaca-se com relevância cada um dos listados na Figura 7.1 como divisores legais e institucionais, alguns deles já antes mencionados neste documento.

**Figura 7.1 - Marcos PMSB**



Fonte: HIDROBR (2018).

A Lei Federal Nº 11.445/2007, conforme já apresentado, trouxe uma nova dinâmica ao setor do saneamento brasileiro, integrando à prestação do serviço conceitos de planejamento, fiscalização e controle social.

Instituído pela mesma lei, o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (2013) destaca a sustentabilidade dos serviços, assumindo a dimensão econômica, valoriza escalas institucionais e territoriais de gestão, construção da intersetorialidade, e possibilita conciliar eficiência técnica, econômica e eficácia social, controle social e participação dos usuários na gestão dos serviços, e sustentabilidade ambiental. A

sustentabilidade econômico-financeira pode ser assegurada com investimentos regulares, estáveis e suficientes, e modelo de gestão adequado, não se limitando pela cobrança aos usuários. O estudo de viabilidade econômica dos serviços se faz, então, um instrumento essencial.

Quanto ao princípio de participação e controle social, ou a democratização da gestão dos serviços, o Plansab afirma que a gestão dos serviços de saneamento dá marco e até determina a forma como eles são organizados e geridos. Ela é tradicionalmente limitada à dimensão técnico-administrativa, sendo separada dos processos socioeconômicos e políticos que a estruturam. Apesar de corresponder a uma tarefa complexa, também em decorrência da própria natureza do tema, que se confunde em limiares políticos e técnicos, a construção de relações entre cidadania, governabilidade e o controle e a participação social, buscam avançar na instituição de práticas democráticas e exitosas em planejamento e execução comuns.

Estabelecer um planejamento sistemático contemplando a integração de todos os atores vai além das fronteiras econômico-financeiras. Tomadores de decisão devem se capacitar continuamente ao monitoramento e acompanhamento da evolução de resultados, mas, além disso, devem reagir a tempo e com resiliência para possíveis mudanças de orientação no trabalho buscando o alcance dos objetivos propostos.

As diretrizes de regulação e fiscalização dos serviços, que dizem respeito ao estabelecimento, para prestadores, de regras gerais e verificação de cumprimento efetivo das mesmas, também recebem destaque.

A gestão multi e transdisciplinar das políticas públicas contempla um horizonte integrado e garante efetividade estratégica através da articulação de planejamentos associados. Tal critério é trazido pela Lei 11.445 como princípio de intersectorialidade e, para avaliar a política municipal de saneamento, conforme proposta de Pereira (2012), é crucial compô-la com: a política urbana e o plano diretor; políticas de habitação; planos recursos hídricos e de bacias; política e plano de prevenção de riscos e desastres; política de saúde; proteção do meio ambiente; combate à pobreza e sua erradicação promoção da igualdade racial; e política de gênero.

Desta forma, a Lei Orgânica Municipal de Datas (2013) institui que o planejamento urbano e rural será objeto de legislação própria, dentre o qual se incluem: plano diretor, lei sobre parcelamento, ocupação e uso do solo; leis sobre edificações e posturas; e leis contendo a política rural. Por sua parte, o Plano Diretor atenderá diretrizes referentes a: ordenamento do território, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural; garantia de saneamento básico; urbanização, regularização e titulação de áreas deterioradas, preferivelmente sem remoção de moradores; e reserva de áreas urbanas para implantação de projetos sociais. A Lei afirma ainda, quanto à política municipal de saúde, que a mesma será organizada e efetivada priorizando as medidas de caráter preventivo. Já quanto ao meio ambiente, coloca sob responsabilidade do Poder Público a elaboração e implementação do Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais, objetivando a proteção de mananciais de água e áreas ribeirinhas, observando políticas, leis e diretrizes federais e estaduais. Também quanto ao mesmo tema, a Lei 238/2002 dispõe sobre a Política Ambiental do Município, dando diretrizes à atuação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.

Quanto à situação social do município, conforme dados do Censo 2010, 7% da população vivia em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Entre a população total do município 4.018 (77,1%) são negros (ou seja, se autodeclararam pretos ou pardos). Entre os jovens, 1.099 (78,8%) se autodeclararam negros. 71,7% dos jovens fora do Ensino Médio e 82,1% fora do Ensino Superior são negros.

Ainda de acordo com o Censo, há 581 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Elas equivalem, aproximadamente, a 29,82% da população total do município, e incluem 187 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa é de 111,52% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, Datas já alcançou a meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. A qualidade dos dados cadastrais aumenta a possibilidade de que todas as famílias pobres e extremamente pobres do Município sejam beneficiárias do Programa.

À nível de outras políticas sanitárias, o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), estabelecido pelo Plansab, compõe diretrizes e estratégias para o saneamento em áreas rurais do país. Sendo a presença de significativa área rural no município em questão, salienta-se o Programa como guia para adequação à aspectos locais e regionais. Além disso, diante do cenário de vulnerabilidade social, o entendimento e adequação das possibilidades de implementação de serviços e cobrança de tarifas por meio de instrumentos e investimentos alternativos, como fundos municipais, contribui com os princípios de universalização e equidade.

No contexto de bacia, o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas estabelece agendas que elencam atividades atualmente características e potencialmente protagonistas nas regiões. Levando em conta fatores de relevância e urgência, define-se como foco central do PDRH a Agenda Estratégica Azul (relacionada ao grau de importância dos aspectos qualitativos e quantitativos das águas da bacia e engloba a percepção populacional, referente à problemática da bacia), voltando para a hermeticidade de disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos. A extensa mancha urbana representada pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, influenciadora da bacia como um todo, associada à concentração de atividade industrial, identificam fatores conseqüentes na qualidade dos recursos hídricos, tornando, adicionalmente, a Agenda Estratégica Marrom (relacionada à situação da urbanização, associada ou não à industrialização) importante no cumprimento da Agenda Estratégica Azul.

O PDRH prevê, para a Agenda Estratégica Marrom, ações executivas voltadas ao tratamento de esgoto sanitário; melhoria no sistema de informações; controle de carga poluidora industrial e de carga difusa urbana; redução de perdas de água no abastecimento e ampliação deste, atendendo à população desassistida; implantação

de aterros sanitários e, posteriormente, coleta seletiva; recuperação de lixões e áreas degradadas industriais; aumento da eficiência do uso de água na indústria; e, mais relevante neste contexto, implementação de Planos Municipais de Saneamento Básico na bacia.

A perspectiva da universalização e sustentabilidade, incorporando outros aspectos fundamentais do direito humano à água e ao esgotamento sanitário (DHAE) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deve servir como alicerce para formulação e implementação das políticas públicas, especialmente a nível local, inclusive nos planos de saneamento. Desta forma, serão adotados como diretrizes fundamentais neste estudo.

Direitos humanos são todos aqueles que, quando garantidos, asseguram a dignidade e a qualidade de vida. Em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) finalmente reconheceu o direito humano à água e ao esgotamento sanitário através da Resolução 64/292. Com princípios equivalentes a outros direitos humanos – como a não discriminação e igualdade; o acesso à informação e transparência; a participação; a prestação de contas (*accountability*); e a sustentabilidade – o direito à água e ao esgotamento sanitário engloba ainda princípios de disponibilidade; acessibilidade física; qualidade e segurança; acessibilidade econômica; aceitabilidade, dignidade e privacidade.

O reconhecimento das Nações Unidas se dá como respaldo positivo sobre todos os setores da água e do saneamento, apesar de que, diante de diferentes contextos e realidades, os princípios ainda trazem consigo muitos desafios na garantia ao acesso adequado à água e ao esgotamento sanitário de maneira universal.

Em 2015, a adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável veio como um reforço na concretização destes direitos. Com metas para o ano de 2030 e indicadores periodicamente analisados, mencionam explicitamente os direitos humanos à água e ao saneamento. Além disso, outras questões se relacionam, fazendo com que sejam destacados os seguintes objetivos:

- Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
- Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
- Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
- Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

No objetivo de água e saneamento, ressalta-se atenção necessária a populações vulneráveis, redução da poluição, reutilização segura e eficiência do uso da água, gestão integrada dos recursos hídricos, proteção de ecossistemas e fortalecimento do envolvimento de comunidades locais.

Com o foco nas cidades, destaca-se a redução do impacto ambiental negativo com atenção especial à gestão de resíduos municipais e, no tocante a produção e consumo, o alcance do manejo sustentável de produtos químicos e resíduos e redução da geração destes através da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

## 8. METODOLOGIA E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

De acordo com o que é recomendado para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, atendendo às disposições constantes no Termo de Referência, a estruturação das atividades se dará conforme divisão e cronograma dos produtos esperados, sendo eles:

- PRODUTO 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB
- PRODUTO 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico
- PRODUTO 3 - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações
- PRODUTO 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências
- PRODUTO 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico
- PRODUTO 6 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese

A seguir, é explorada a estruturação metodológica geral das atividades em cada produto seguidas de descrição detalhada. Na Tabela 8.1, apresenta-se a inter-relação e a sequência lógica dos produtos e atividades.

**Tabela 8.1 - Estruturação metodológica**

Produto	Atividades
<b>PRODUTO 1</b> <b>Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião Agência Peixe Vivo</li> <li>- Reunião de Início Municípios</li> <li>- Formação do Grupo de Trabalho</li> <li>- Elaboração do Plano de Trabalho, Programas de Mobilização Social e Comunicação Social</li> <li>- Apresentação do Plano de Trabalho aos GTs</li> </ul>
<b>PRODUTO 2</b> <b>Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento e Coleta de Dados Secundários</li> <li>- Visita de Campo</li> <li>- Elaboração do Relatório do Diagnóstico Técnico</li> <li>- Apresentação da versão preliminar ao GT</li> <li>- Audiência Pública Diagnóstico</li> </ul>
<b>PRODUTO 3</b> <b>Prognóstico, Programas, Projetos e Ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do Prognóstico</li> <li>- Estudo de alternativas para a gestão</li> <li>- Elaboração dos cenários</li> <li>- Elaboração dos Programas, Projetos e Ações</li> <li>- Hierarquização das áreas de intervenções prioritárias</li> <li>- Apresentação da versão preliminar ao GT</li> <li>- Audiência Pública Prognóstico</li> </ul>
<b>PRODUTO 4</b> <b>Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática do PMSB</li> <li>- Elaboração de ações para emergências e contingências</li> </ul>
<b>PRODUTO 5</b> <b>Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do Termo de Referência para o Sistema de Informações Municipais</li> </ul>
<b>PRODUTO 6</b> <b>Relatório Final do PMSB - Documento Síntese</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do Relatório Final</li> <li>- Elaboração das minutas de lei</li> <li>- Apresentação da versão preliminar ao GT</li> <li>- Solenidade de entrega do PMSB</li> </ul>

Fonte: HIDROBR (2018).

## 8.1 PRODUTO 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB

Refere-se ao planejamento de ações e métodos a serem adotados na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, apresentado neste documento. Inclui a abordagem metodológica, descrição de atividades previstas, cronograma, equipe, e ainda a proposta de participação social. Busca alocar recursos e definir diretrizes.

- Reunião Agência Peixe Vivo

Após o ato da assinatura do contrato, a diretoria da Agência Peixe Vivo promove uma reunião de alinhamento com o corpo técnico da HIDROBR a fim de introduzir à condução dos trabalhos e esclarecer todas as premissas necessárias ao seguimento bem-sucedido das atividades.

- Reunião de Início Municípios

Como parte da ambientação e reconhecimento dos sistemas e atores envolvidos, com a intenção de direcionar as atividades do estudo, foi realizada uma reunião inicial no município. Através do estabelecimento de contatos, foi apresentado com clareza à equipe de gestão municipal os assuntos e demandas do período de elaboração do Plano, bem como responsabilidades posteriores, garantindo suporte político ao seu desenvolvimento.

- Formação do Grupo de Trabalho

Por meio de Decreto Municipal, a Prefeitura Municipal deverá indicar um Grupo de Trabalho (GT) do Plano Municipal de Saneamento Básico, formado por representantes da prestação de serviço, do poder público, sociedade civil e usuários dos sistemas. Este GT, através de um perfil participativo, será responsável pela operacionalização do PMSB. Ele ainda contará com colaboração permanente da Agência Peixe Vivo para pleno desempenho de suas funções.

- Elaboração do Plano de Trabalho, Programas de Mobilização Social e Comunicação Social

Com a finalidade de refletir o planejamento do Plano e o processo para sua elaboração, incluso etapas e atividades, cronograma e prazos, bases técnicas e metodológicas, entre outros, elabora-se o documento conclusivo do Produto 1. Nele também se fazem parte os Planos de Mobilização e de Comunicação Social, para garantia do envolvimento da população e do exercício da cidadania.

- Apresentação do Plano de Trabalho aos GTs

A primeira versão do documento elaborada deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para

conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

## **8.2 PRODUTO 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico**

O diagnóstico da área de planejamento é realizado a partir de levantamento de dados secundários e coleta de dados primários. Buscando elevado nível de compreensão do funcionamento dos sistemas e dinâmicas locais, checklists (encontrados no Anexo D) devem ser preenchidos. Desta forma, é possível aproximar da realidade e garantir propostas e modelos mais adequados à situação do saneamento e necessidades locais.

- **Planejamento e Coleta de Dados Secundários**

O diagnóstico deve se pautar em uma abordagem sistêmica, cruzando informações sociais, econômicas, ambientais e institucionais para caracterização da situação anterior à implementação do PMSB.

Conforme disponibilidade e necessidade, deverão ser coletadas informações através de dados de instituições municipais, estaduais, federais, e não governamentais, buscando abranger: legislação local no campo do saneamento, saúde e meio ambiente; estudos, planos e projetos de saneamento básico; estrutura e capacidade institucional existente para planejamento, prestação, fiscalização e regulação dos serviços e controle social; estudos de projeção populacional; situação econômica e capacidade de pagamento dos usuários; informações de políticas correlatadas.

Os seguintes bancos de dados são adotados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde, Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, Atlas do Desenvolvimento Humano, InfoSanbas, Atlas de Abastecimento Urbano de Água da Agência Nacional de Águas. Maiores detalhes são abordados no item 9.

- Visita de Campo

A HIDROBR realizará levantamento de dados primários através da visita de campo. Informações deverão ser coletadas junto a localidades, domicílios, população, unidades dos sistemas de saneamento existentes, cursos d'água, vias públicas, prestadores de serviços, entidades, entre outros. A obtenção será guiada por coleta de dados, entrevistas, questionários, reuniões e outras metodologias adequadas. Será acompanhada de análise crítica à situação dos sistemas e de elementos elaborados e disponíveis, como fotografias, croquis, mapas e tabelas.

A coleta de dados deve considerar a identificação dos atores sociais e delineamento básico de perfil e envolvimento com o saneamento básico; envolvimento de órgãos responsáveis pelos serviços públicos de saneamento básico, de saúde e do meio ambiente, entidades de representação da sociedade civil, instituições de pesquisa, ONGs e demais órgãos locais que tenham atuação com questões correlatas; e realização de inspeções de campo para a verificação e caracterização da prestação dos serviços.

- Elaboração do Relatório do Diagnóstico Técnico

Conforme coletas primárias e secundárias, o diagnóstico irá englobar áreas urbanas e rurais, de modo a subsidiar a elaboração ou atualização dos projetos técnicos setoriais de saneamento básico: Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

Abordando dados gerais do município, demografia urbana e rural e análises estratificadas, dados populacionais, vocações econômicas, infraestrutura, caracterização geomorfológica, climatológica, hidrográfica, hidrogeológica e topográfica, além das áreas de interesse social, de proteção ambiental, identificação de áreas de fragilidade sujeitas a inundação ou deslizamento, e consolidação de informações socioeconômicas, cartográficas, físicos territoriais e ambientais disponíveis sobre o município e região.

Quanto à questão institucional, deve ser realizado um levantamento e análise de legislação sobre saneamento básico, desenvolvimento urbano, saúde e meio ambiente, análise da infraestrutura para gestão dos serviços nos quatro eixos, identificação de contratos de concessão, análise da política tarifária, levantamento de ações previstas nos Planos Plurianuais, reconhecimento de redes e órgãos para apoio à projetos de educação ambiental, programas locais existentes de saneamento nas áreas correlatadas e de sistema de comunicação local e capacidade de difusão.

A caracterização do saneamento básico contemplará diagnóstico do Abastecimento de Água Potável, do Esgotamento Sanitário, da Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, da Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas. Serão englobados cobertura e qualidade dos serviços, consumo per capita de água, existência de outorga para captação de água e lançamento de efluentes, avaliação de disponibilidade de mananciais, descrição e avaliação dos sistemas existentes e capacidade de atendimento, apontamento de novas alternativas, identificação de projetos futuros, elaboração de mapas, caracterização por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, diagnóstico dos resíduos gerados no território e dos geradores, identificação de áreas para disposição final, procedimentos operacionais e especificações mínimas, regras para transporte, definição de responsabilidades, identificação de lacunas, inventário de atuação de catadores, reconhecimento das formas de coleta seletiva (cooperativas, associações, entre outros), informação de áreas de risco, identificação de deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos, estudo de características morfológicas da bacia, análise de processos erosivos, além de investigações e diagnósticos complementares.

Por fim, será realizado diagnóstico dos setores inter-relacionados ao saneamento básico (desenvolvimento urbano e habitação, meio ambiente e recursos hídricos, saúde, entre outros considerados relevantes).

- Apresentação da versão preliminar ao GT

A primeira versão do produto elaborado deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

- Audiência Pública Diagnóstico

Será desenvolvido um capítulo descritivo relacionado à Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico do PMSB, incluindo estratégias de divulgação e mobilização adotadas, materiais produzidos, lista de presença, fotos e ata com aspectos discutidos, incluindo atendimento às colocações dos participantes.

Deve conter também um relato sobre o encontro com o GT para a apresentação preliminar do produto.

### **8.3 PRODUTO 3 - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações**

Partindo das necessidades identificadas no diagnóstico, o produto envolve a formulação de estratégias para alcance das metas do Plano. De maneira geral, inclui a criação ou adequação da estrutura municipal para planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social, além assistência técnica, promoção da gestão associada via convênios ou consórcios.

Ainda contará com análise e seleção de alternativas de intervenção às condições sanitárias, compatibilizando com políticas e estruturas institucionais existentes.

As projeções serão feitas de modo a serem previstas para o horizonte de projeto e contemplando definições adequadamente detalhadas, a fim de possibilitar a formulação de projetos técnico-operacionais na implementação dos serviços.

Por fim, relacionando oferta e demanda ao longo do tempo, será definido um conjunto de programas, projetos e ações para alcance.

- **Elaboração do Prognóstico**

É preciso iniciar com a realização do estudo de projeção populacional, a fim de balizar estimativa de demandas e de capacidades, visando o período de 20 (vinte) anos e programando revisões de até quatro anos. A metodologia do estudo será devidamente apresentada, bem como sua adequação conforme outros estudos existentes.

A proposta de diretrizes e medidas estruturais e estruturantes deve ser o produto de uma análise integrada, levando em conta a otimização do sistema existente. Serão avaliadas, assim, alternativas para gestão dos serviços de saneamento, respectivas demandas, cenários alternativos, compatibilidade entre déficits e proposições, hierarquização de áreas de intervenção e definição de objetivos e metas, acompanhados de indicadores. As soluções dos sistemas e serviços apresentadas apresentarão viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental.

- **Estudo de alternativas para a gestão**

Por vezes, a intervenção aos serviços de saneamento não será dada de maneira estrutural, mas de forma estruturante, envolvendo atividades de planejamento, prestação de serviços, regulação, fiscalização e controle social.

A avaliação e estudo de alternativas institucionais se faz efetivo para a otimização e garantia do funcionamento do sistema. Desta forma, serão apresentadas análises para cada componente de maneira crítica, buscando apontar a melhor adequação à realidade local, definindo ou criando órgãos competentes, e propondo cooperações regionais quando pertinente.

Destaca-se a adequação socioeconômica como ponto essencial à garantia do acesso a todos ao saneamento básico, como prática da tarifa social.

- **Elaboração dos cenários**

Um cenário é construído através de hipóteses criadas a partir do reconhecimento da situação atual e perspectivas de eventos e acontecimentos. O estabelecimento de alternativas para um futuro no que tange a realidade do saneamento municipal deve

ser reflexivo e crítico, a fim de contemplar distintas aspirações sociais e adequação aos prazos estabelecidos.

Para o planejamento, é essencial a criação de futuros através de uma matriz de interação das variáveis relacionadas ao saneamento, como de cobertura dos serviços, vislumbrando diferentes níveis de alcance e desenvolvimentos para as metas propostas, de forma progressista a cenários mais otimistas ou mais pessimistas, baseando na abordagem do Plansab à estratégia de futuro.

- **Elaboração dos Programas, Projetos e Ações**

Os objetivos trazidos no prognóstico serão detalhados e estruturados nesta etapa, através de um conjunto de programas, projetos e ações para seu alcance, sendo divididos em Programas de Ações Imediatas e Programas de Ações do PMSB (curto médio e longo prazo), sendo compatíveis com os Planos Plurianuais e outros planos governamentais, identificando possíveis fontes de financiamento e estratégias de acompanhamento e integração.

O Programa de Ações Imediatas será instrumento conector entre demandas de serviços existentes na administração municipal e o Plano de Saneamento, de forma a identificar, contemplar e avaliar sua conveniência com os estudos do PMSB.

Por sua vez, o Programa de Ações considerando o horizonte de curto (1 a 4 anos), médio (4 a 8 anos) e longo (8 a 20 anos) prazo atingindo todas as frentes do saneamento. Apresentará, no mínimo: definição de programas, projetos e ações com estimativas de custos; estabelecimento de metas de curto, médio e longo alcance; hierarquização e priorização; análise de viabilidade técnica e econômico-financeira; definição de indicadores, nível de qualidade e eficiência e de recursos humanos e materiais necessários para concretização. Dentre as temáticas, deve promover o direito à cidade, saúde e qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e melhoria do gerenciamento, prestação de serviços e sustentabilidade.

- Hierarquização das áreas de intervenções prioritárias

A partir de critérios de hierarquização para intervenções prioritárias em determinadas áreas do município, principalmente tangentes a investimento, as metas e os programas, projetos e ações serão estabelecidos. Indicadores sociais, ambientais e de saúde guiarão a análise.

- Apresentação da versão preliminar ao GT

A primeira versão do produto elaborado deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

- Audiência Pública Prognóstico

Será desenvolvido um capítulo descritivo relacionado à Audiência Pública de apresentação dos Programas, Projetos e Ações, incluindo estratégias de divulgação e mobilização adotadas, materiais produzidos, lista de presença, fotos e ata com aspectos discutidos, incluindo atendimento às colocações dos participantes.

Deve conter também um relato sobre o encontro do GT para a apresentação preliminar do produto.

#### **8.4 PRODUTO 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências**

Com a previsão do estabelecimento de métodos de avaliação dos serviços de saneamento básico, serão desenvolvidas ferramentas quantitativas a subsidiar o monitoramento da eficiência e eficácia da atividade de gestão.

Ainda, o produto contempla ações para emergência e contingência de forma preventiva e reativa, com o objetivo de garantir resiliência e perenidade ao sistema.

- Elaboração de mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática do PMSB

Serão sugeridos mecanismos e procedimentos para o monitoramento e avaliação dos resultados do Plano levando em conta eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas, e para a assistência técnica de órgãos municipais, regionais, estaduais e federais.

O documento deve ainda conter procedimentos para o monitoramento e avaliação dos objetivos e metas e dos resultados de suas ações, além de atividades para divulgar mecanismos de controle social.

O Plano deverá ser revisado, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, e devem ser definidos para coleta periódica indicadores de índice de acesso, qualidade e articulação com outras políticas urbanas. Serão instituídos mecanismos de representação da sociedade para tal monitoramento e acompanhamento.

- Elaboração de ações para emergências e contingências

Toda possível ação gerada por uma ocorrência fora da normalidade ou até extrema, como aumento de demanda, falha operacional, contaminação, escassez decorrente de longa estiagem, situações provenientes de desastres naturais, entre outros, requer articulação imediata para conter e controlar os riscos e as possíveis consequências. Neste sentido, como resposta e com a finalidade de manter a qualidade dos serviços, preservar a integridade das pessoas e minimizar danos a propriedades e ao meio ambiente, devem ser estabelecidas ações para emergência e contingência.

Serão estabelecidos Planos de Racionamento e Atendimento a Aumentos de Demanda Temporária; regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência; e diretrizes para a articulação com os Planos Municipais de Redução de Risco e para a formulação do Plano de Segurança da Água.

## 8.5 PRODUTO 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico

Baseando-se em especificações desejadas e ferramentas acessíveis e eficientes, o produto em questão envolve detalhar conteúdos a serem abordados para guiar à Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico. É prevista a entrega de um banco de dados consolidado, informações dos quatro eixos do saneamento básico, que servirão de base para o cálculo de indicadores propostos e seus valores iniciais.

- Elaboração do Termo de Referência para o Sistema de Informações Municipais
- O Sistema de Informação Municipal de Saneamento Básico será composto por indicadores facilmente obteníveis, apuráveis e compreensíveis, além de confiáveis em conteúdo e fonte. Tais indicadores devem medir os objetivos e metas do Plano sobre os serviços de saneamento de forma eficiente, eficaz e efetiva.

O sistema deve ser projetado a atender diretrizes do Sistema Nacional de Informação em Saneamento (SNISA), ou, até sua disponibilidade, ter como referência o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

O sistema deve ser desenvolvido pela Prefeitura ou através da contratação de firma especializada em software. Ainda é essencial conter banco de dados associado a ferramentas de geoprocessamento, buscando facilitar a identificação de demandas e o processo de tomada de decisão e resolução de problemas relacionados aos serviços de saneamento básico.

Compõem seus propósitos o planejamento e execução de políticas públicas; a orientação da aplicação de recursos; a avaliação de desempenho dos serviços; o aperfeiçoamento da gestão, elevando os níveis de eficiência e eficácia; a orientação de atividades regulatórias e de fiscalização; a contribuição para o controle social; e a utilização de indicadores como referência para comparação e para medição de desempenho no setor de saneamento brasileiro.

## 8.6 PRODUTO 6 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese

Consiste em um documento resumo dos produtos anteriormente descritos. Sua finalização configura-se na existência do Plano Municipal de Saneamento de Datas.

- Elaboração do Relatório Final

Como síntese dos produtos elaborados, se faz a materialização do Plano Municipal de Saneamento Básico. Este produto deve possuir linguagem acessível e independência para entendimento, uma vez que os anteriores se farão componentes de análises técnicas mais profundas.

- Elaboração das minutas de lei

Como anexo do Relatório Final, serão ser apresentadas sugestões administrativas para implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e proposição de minutas da legislação e regulação básica referentes à Política Municipal de Saneamento Básico, a saber: Minuta de Regulamento da Política Municipal de Saneamento Básico (traz o PMSB como anexo); Minuta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água; Minuta de Regulamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário; Minuta de Regulamento dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos; e Minuta de Regulamento dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

- Apresentação da versão preliminar ao GT

A primeira versão do produto elaborado deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

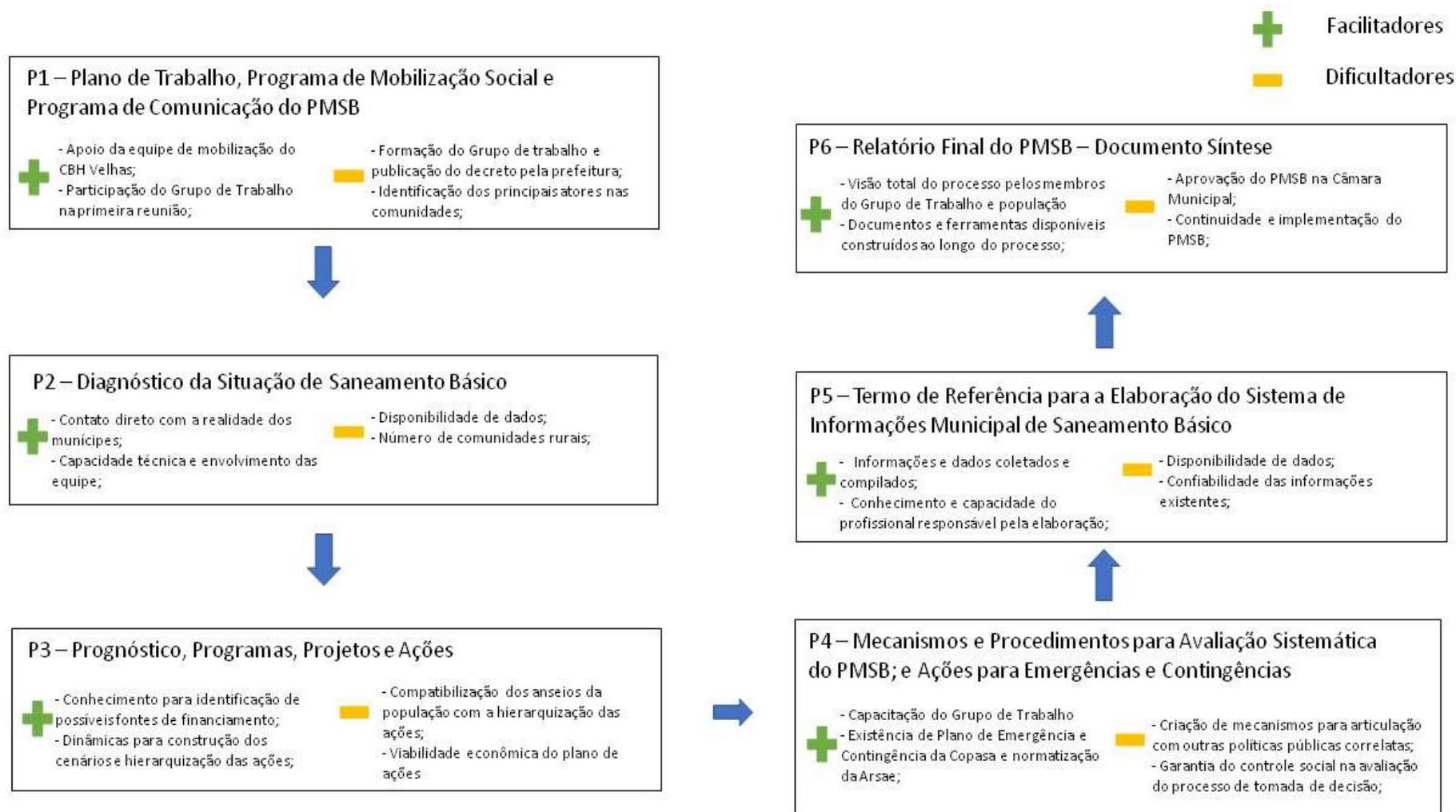
- Solenidade de entrega do PMSB

Ao final de todo trabalho, será organizada e realizada uma solenidade pública para entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico, que deverá contar com a presença de representantes da Prefeitura Municipal, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e população.

## 8.7 FLUXOGRAMA

Avaliando todo processo de elaboração do PMSB, a Figura 8.1 apresenta possíveis facilitadores e dificultadores em cada etapa de elaboração dos produtos previstos no desenvolvimento do PMSB.

Figura 8.1 - Fluxograma com facilitadores e dificultadores em cada etapa de construção do PMSB



Fonte: HIDROBR (2018).

## 9. BASES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Guiado pela perspectiva da bacia hidrográfica, considerando escalas temporais e espaciais, a elaboração do trabalho será fundamentada na análise e consistência de dados secundários e na aquisição de dados primários. No caso de ausência, metodologias alternativas deverão ser propostas, assim como análises qualitativas.

De maneira geral, a elaboração do trabalho terá a seguinte base de dados, apresentada na Tabela 9.1:

**Tabela 9.1 - Base de dados para elaboração do PMSB**

Base de dados
Atlas de Abastecimento Urbano de Água da Agência Nacional de Águas
Atlas do Desenvolvimento Humano ( <a href="http://www.atlasbrasil.org.br">www.atlasbrasil.org.br</a> )
Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal ( <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a> )
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas ( <a href="http://cbhvelhas.org.br">cbhvelhas.org.br</a> )
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) ( <a href="http://www.cprm.gov.br">www.cprm.gov.br</a> )
Companhia de Saneamento de Minas Gerais ( <a href="http://www.copasa.com.br">www.copasa.com.br</a> )
Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas (CORESAB) (diagnósticos e estudos)
Fundação Estadual de Meio Ambiente ( <a href="http://www.feam.br">www.feam.br</a> )
InfoSanbas – Dados abertos sobre o saneamento básico no Brasil ( <a href="http://www.infosanbas.org.br">www.infosanbas.org.br</a> )
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ( <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> )
Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) ( <a href="http://www.igam.mg.gov.br">www.igam.mg.gov.br</a> )
Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) ( <a href="http://inmet.gov.br">inmet.gov.br</a> )
Ministério do Meio Ambiente ( <a href="http://www.mma.gov.br">www.mma.gov.br</a> )
Organização das Nações Unidas (ONU) ( <a href="http://www.nacoesunidas.org">www.nacoesunidas.org</a> )
Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) ( <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> )
Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas (PDRH)
Prefeitura Municipal (legislação e planos municipais)
Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) ( <a href="http://www.pnsr.desa.ufmg.br">www.pnsr.desa.ufmg.br</a> )
Projeção da Demanda Demográfica Habitacional, o Déficit Habitacional e Assentamentos Precários ( <a href="http://www.cidades.gov.br">www.cidades.gov.br</a> )
Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde ( <a href="http://www.datasus.gov.br">www.datasus.gov.br</a> )
Sistema Nacional de Informações em Saneamento ( <a href="http://www.snis.gov.br">www.snis.gov.br</a> )
Estudos referentes à área de interesse, informações municipais, regionais, estaduais e federais levantadas por outras organizações e demais fontes a serem acessadas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico

Fonte: HIDROBR (2018).

Cabe destacar que a elaboração do Plano Municipal de saneamento deve ser feita através da participação e envolvimento de diversos atores, cujo conhecimento técnico, vivência e opinião formam bases para adequação da realidade local e garantia da efetivação e continuidade do planejamento e atuação.

## 10. RESPONSABILIDADES

A elaboração do PMSB envolve diversas instituições e atores, nesse sentido, é de suma importância que as responsabilidades sejam bem delimitadas e que cada um tenha clara compreensão sobre seu papel no processo como um todo. A responsabilidade de cada entidade pode ser vista na Tabela 10.1.

**Tabela 10.1 - Responsabilidades das Entidades Envolvidas**

Entidade	Responsabilidades
HIDROBR	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar, elaborar e entregar todos os produtos especificados, por meio de equipe técnica qualificada</li> <li>- Viabilizar a realização de todos os eventos e reuniões previstos no Plano de Mobilização</li> </ul>
Agência Peixe Vivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela HIDROBR</li> <li>- Efetuar os pagamentos a HIDROBR mediante entrega dos produtos conforme especificação</li> </ul>
CBH Velhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar as ações de divulgação do processo de elaboração do Plano</li> <li>- Participar das reuniões de mobilização social</li> </ul>
Município de Datas e Grupo de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituir por meio de Decreto o Grupo de Trabalho</li> <li>- Fornecer suporte institucional e informações necessárias à elaboração do Plano</li> <li>- Auxiliar na mobilização das reuniões do Grupo de Trabalho e nas Audiências Públicas</li> </ul>
Copasa/Arsae/Coresab	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecer informações sob sua responsabilidade necessárias a elaboração do Plano</li> </ul>

Fonte: HIDROBR (2018).

A equipe HIDROBR responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento é apresentada nas Tabelas 10.2 e 10.3.

**Tabela 10.2 - Equipe Chave PMSB**

Nome	Especialização	Atribuição de Tarefas
José do Carmo Dias	Engenharia Civil	Coordenação Geral
Vitor Carvalho Queiroz	Engenharia Civil	Coordenação Técnica/Especialista em Gestão de Saneamento
José do Carmo Dias	Engenharia Civil	Elaboração de planos/projetos de abastecimento de água e tratamento de esgoto
Leonardo Augusto Teixeira dos Santos	Engenharia Civil	Especialista Água, Esgoto e Resíduos Sólidos
José Alberto da Mata Mendes	Engenharia Civil	Elaboração de planos/projetos de gestão de resíduos sólidos
Janice Schmidt de Novaes	Engenharia Civil	Elaboração de planos/projetos de drenagem urbana
Vitor Lages do Vale	Engenharia Civil	Especialista em Drenagem
Bruno Aguiar Carrara de Melo	Economia	Avaliação dos aspectos econômico-financeiros da implantação do PMSB, nos referidos municípios
Paulo Sérgio Mendes César	Direito	Apoio técnico-jurídico, para elaboração de PMSB, de acordo com as legislações locais de saneamento, saúde e meio ambiente
Marco Túlio Ferreira Eduvige	Ciências Sociais / Sociologia	Elaboração e desenvolvimento de ações de educação socioambiental, adequados à realidade socioeconômica local
Guilherme Gandra Franco	Geografia	Elaboração de base de dados consolidados técnicos a partir de indicadores de avaliação, tendo como elementos de análise sistemas de infraestrutura, serviços de saneamento, saúde, bem como demais elementos necessários à consolidação de análises e Planos de Saneamento

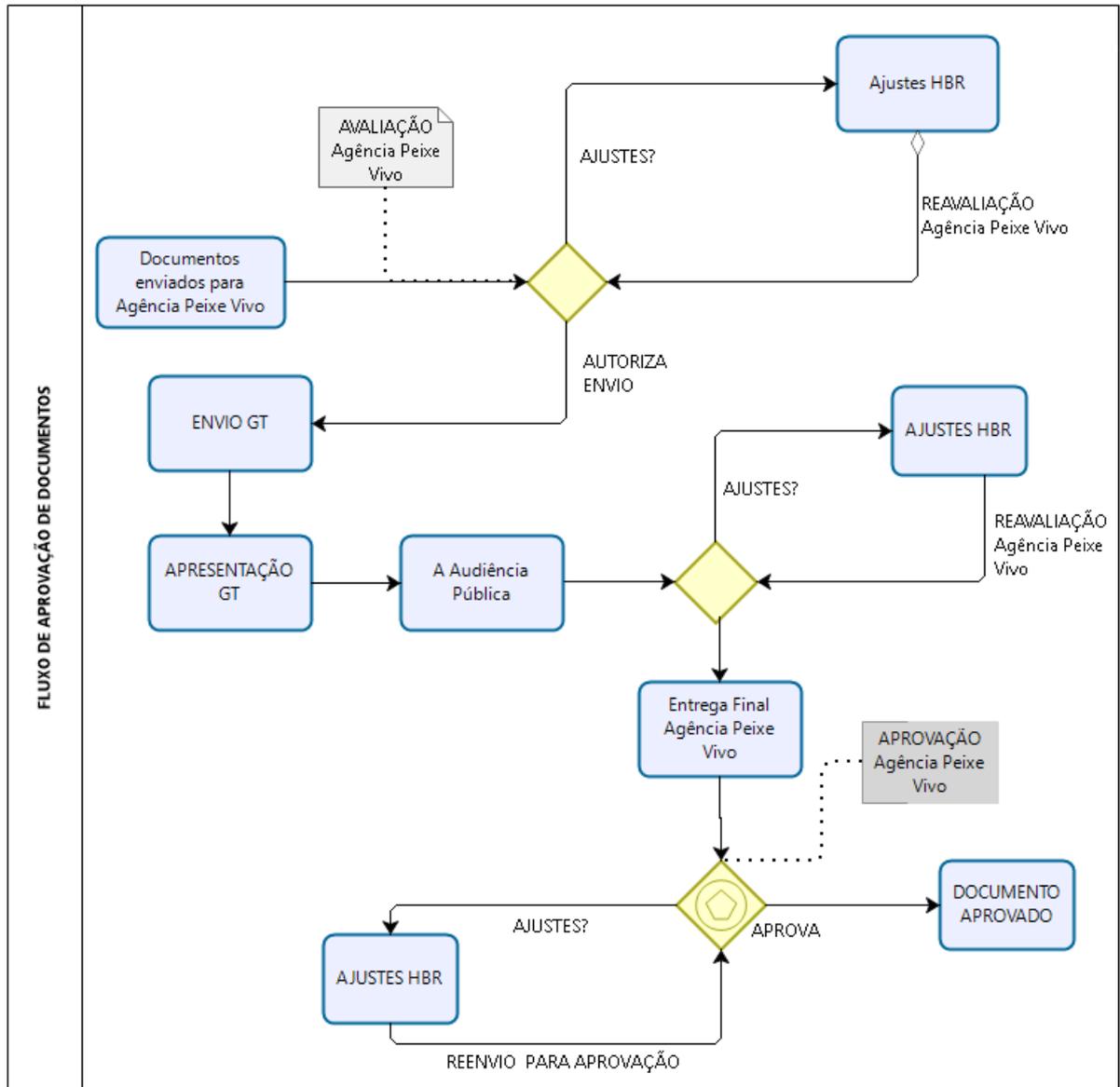
**Tabela 10.3 - Equipe de Apoio PMSB**

Nome	Especialização
Gustavo Luiz Souza da Conceição	Profissional de Comunicação
Adriana Maria da Fonseca Rodrigues	Auxiliar Audiência Pública
Fernando Sales Gonçalves	Profissional de Letras
Lucas Martins Machado	Engenheiro/Técnico de Campo
Stella Braga de Andrade	Engenheira/Suporte Drenagem e Geoprocessamento
Rui Gabriel Modesto Souza	Engenheiro/Suporte Água e Esgoto
Carolina Silva Detino	Engenheira/Suporte Orçamento
Sofia Corradi Oliveira	Estagiária

Um dos principais gargalos na interação entre os diferentes atores envolvidos é a disponibilização das informações e documentos nos prazos acordados. Para que não haja problemas, a HIDROBR estabelecerá contato constante com todos envolvidos, não apenas no intuito de efetuar cobranças, mas principalmente para oferecer apoio e suporte técnico, caso seja necessário.

O processo de entrega e aprovação dos documentos é apresentado na Figura 10.1.

**Figura 10.1 - Fluxo de Aprovação de Documentos**



Fonte: HIDROBR (2018).

## 11. CRONOGRAMA

Para atender os objetivos propostos no Plano de Trabalho, apresenta-se na Figura 11.1 o cronograma com a previsão de datas de todas as atividades previstas.

Figura 11.1 - Cronograma de atividades

Produto	Código	Atividade	Data Início	Data Término	Meses																			
					M1		M2		M3		M4		M5		M6		M7		M8		M9		M10	
					Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2
1	1	<b>Plano de Trabalho</b>	12/11/2018	12/12/2018																				
	1.1	Reunião de início	20/11/2018	22/11/2018																				
	1.2	Elaboração do Plano de Trabalho	12/11/2018	12/12/2018																				
	1.3	Elaboração do Plano de Mobilização Social	12/11/2018	12/12/2018																				
	1.4	Elaboração do Plano de Comunicação Social	12/11/2018	12/12/2018																				
2	2	<b>Diagnóstico da situação do saneamento</b>	12/11/2018	11/03/2019																				
	2.1	Apresentação do Plano de Trabalho ao GT	12/12/2018	18/12/2018																				
	2.2	Coleta de dados secundários	12/11/2018	25/01/2019																				
	2.3	Visita a campo	07/01/2019	18/01/2019																				
	2.4	Elaboração do Diagnóstico Técnico - Participativo	23/11/2018	01/02/2019																				
	2.5	Envio Agência Peixe Vivo	04/02/2019	04/02/2019																				
	2.6	Envio GT	11/02/2019	11/02/2019																				
	2.7	Apresentação da versão preliminar ao GT	18/02/2019	19/02/2019																				
	2.8	Audiência Pública - Diagnóstico	20/02/2019	21/02/2019																				
	2.9	Entrega do Produto Diagnóstico	21/02/2019	11/03/2019																				
3	3	<b>Prognóstico, Programas, Projetos e Ações</b>	12/03/2019	12/06/2019																				
	3.1	Elaboração do Prognóstico	12/03/2019	02/04/2019																				
	3.2	Estudo de alternativas para a gestão	03/04/2019	12/04/2019																				
	3.3	Elaboração dos Programas, Projetos e Ações	15/04/2019	26/04/2019																				
	3.4	Hierarquização das ações	29/04/2019	10/05/2019																				
	3.5	Envio Agência Peixe Vivo	13/05/2019	13/05/2019																				
	3.6	Envio GT	16/05/2019	16/05/2019																				
	3.7	Apresentação da versão preliminar ao GT	27/05/2019	28/05/2019																				
	3.8	Audiência Pública - Prognóstico	29/05/2019	30/05/2019																				
	3.9	Entrega do Produto Prognóstico	31/05/2019	12/06/2019																				
4	4	<b>Mecanismos e Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Contingências e Emergências</b>	13/06/2019	05/07/2019																				
	4.1	Elaboração de mecanismos e avaliação sistemática	13/06/2019	28/06/2019																				
	4.2	Elaboração de ações para contingências e emergências	01/07/2019	05/07/2019																				
5	5	<b>Termo de Referência para elaboração do Sistema de Informações Municipais</b>	08/07/2019	19/07/2019																				
	5.1	Elaboração do Termo de Referência	08/07/2019	19/07/2019																				
6	6	<b>Relatório final do PMSB - documento síntese</b>	22/07/2019	11/09/2019																				
	6.1	Elaboração do Relatório Final e das minutas de lei	22/07/2019	09/08/2019																				
	6.2	Envio Agência Peixe Vivo	12/08/2019	12/08/2019																				
	6.3	Envio GT	19/08/2019	19/08/2019																				
	6.4	Apresentação da versão preliminar ao GT	26/08/2019	27/08/2019																				
	6.5	Entrega do Relatório Final do PMSB e das minutas de lei	05/09/2019	05/09/2019																				
	6.6	Solenidade de entrega do PMSB	09/09/2019	11/09/2019																				

Legenda:  
 Execução  
 Entrega

Fonte: HIDROBR (2018).

## 12. PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 12.1 Introdução

O Plano de Mobilização e Comunicação Social pretende assegurar as condições para a ampla e efetiva participação da sociedade civil e dos prestadores dos serviços, bem como de outras instituições com interfaces com o saneamento. A participação dos diversos segmentos sociais interessados – moradores, comerciantes, empresários, trabalhadores e produtores rurais, trabalhadores do saneamento, técnicos e representantes de entidades que atuam na área de saneamento e de organismos de defesa do direito da sociedade e dos cidadãos – fornece legitimidade ao processo de planejamento.

A participação social é condição indispensável para concretizar o PMSB, pois nela estão inseridas as necessidades e anseios da população; a leitura concreta da realidade que se quer mudar; o direcionamento positivo dos conflitos de interesses, com predomínio dos interesses da maioria; as forças favoráveis às mudanças pretendidas e a motivação da comunidade em acompanhar, fiscalizar e exigir a efetivação do Plano.

É importante ressaltar que o envolvimento da população deve ser voluntário e comprometido. Participar não se restringe a receber as informações e conhecer as propostas. O processo de participação social deverá garantir aos cidadãos o direito de propor e opinar diretamente sobre os temas em discussão e de se manifestar nos processos de decisão.

Assim, o Plano de Mobilização e Comunicação Social, no âmbito da elaboração do PMSB do município de Datas, busca a convergência de propósitos, a mediação de possíveis conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse coletivo.

Nesse sentido, pretende-se garantir a disseminação e o amplo acesso às informações em cada etapa de discussão e deliberação a todos os segmentos sociais em todas as

etapas da elaboração do PMSB, incluindo a disponibilização de canais para recebimento de sugestões e críticas e esclarecimento de dúvidas e o acesso aos estudos e aos resultados do diagnóstico.

Por fim, salienta-se que, não se pretende esgotar as possibilidades de mobilização social com este Plano, sendo que durante o processo de implementação do mesmo, poderão surgir novas estratégias de mobilização.

## 12.2 Objetivos

O Plano de Mobilização e Comunicação Social objetiva definir instrumentos e estratégias de que garantam às comunidades do município de Datas o acesso à informação e a participação em todas as etapas da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando assegurar as condições necessárias para a sua elaboração, estimulando o controle social e garantindo a legitimação do PMSB.

Os objetivos específicos são:

- Divulgar a elaboração do Plano de Saneamento Básico para o Município o Diagnóstico atual dos Serviços de Saneamento Básico e os Programas e Ações necessárias, em cada município.
- Sensibilizar a comunidade para participação das atividades referentes ao PMSB;
- Orientar os munícipes à responsabilidade coletiva na preservação e conservação ambiental, por meio de uma reflexão crítica para o desenvolvimento de valores práticos rumo às mudanças culturais e sociais necessárias para adoção de uma política de saneamento ambiental;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de saneamento ambiental no Município e suas implicações na qualidade de vida;
- Levantar diretrizes e propostas para soluções de problemas locais, através da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos diagnósticos e propostas do Plano.

### 12.3 Metodologia

Para promover o acesso à informação e a participação em todas as etapas da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a equipe de Mobilização e Comunicação Social adotará diversas técnicas e instrumentos para disseminação das informações relativas à Elaboração do Plano e para a sensibilização da comunidade em geral.

Além da distribuição estratégica de materiais gráficos a mobilização social continuada através do contato direto com o público alvo, com a utilização de redes sociais e outros canais de comunicação e especialmente, com o apoio de agentes multiplicadores. Nesse sentido, a interlocução Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT-PMSB) será de extrema importância para o sucesso das ações planejadas.

O Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT-PMSB) que será responsável por garantir a operacionalização do PMSB. Além disso, este GT-PMSB também possui a finalidade de fazer prevalecer a construção de um PMSB dotado de um perfil participativo.

Para garantir o cumprimento dos objetivos propostos, o trabalho de Mobilização e comunicação social será realizado considerando as seguintes etapas descritas a seguir.

#### 12.3.1 Mapeamento dos seguimentos e setores organizados da cidade

A primeira etapa consiste na identificação dos segmentos e setores organizados da cidade, com o envolvimento dos diferentes segmentos (urbano e rural), por meio de conversas com os representantes da prefeitura e membros do grupo de trabalho e equipe de Mobilização do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Essa ação será essencial para elaboração do mailing, contendo os contatos telefônico e-mails que poderão ser utilizados para divulgação dos eventos e das informações sobre a elaboração do PMSB.

Ressalta-se, que o mailing será atualizado periodicamente, conforme os contatos estabelecidos ao longo da elaboração do PMSB e através dos contatos registrados nas listas de presença dos eventos realizados.

### **12.3.2 Capacitação e articulação com lideranças e membros do Grupo de Trabalho**

A capacitação e articulação com lideranças e membros do Grupo de Trabalho (GT-PMSB) e subcomitês de bacia locais visa fortalecê-los como agentes permanentes de divulgação e fiscalização do PMSB nas comunidades.

Serão realizadas 4 (quatro) Reuniões de Alinhamento com o Grupo de Trabalho. As reuniões ocorrerão em espaços públicos disponibilizados pela Prefeitura Municipal ou parceiros e devem-se assegurar a participação representativa de lideranças comunitárias, municipais, sociedade civil organizada, representantes da Câmara de Vereadores, assim como a sociedade interessada, de modo a legitimar o processo participativo na elaboração dos PMSB. Os locais e horários serão definidos posteriormente, conforme indicação/demanda dos integrantes do GT-PMSB.

As reuniões serão desenvolvidas na sede do município, onde a população se concentra na área urbana, e há também maior concentração de entidades, associações, além de propiciar a mobilidade de moradores dos distritos de forma mais centralizada. Ressalta-se que, os encontros centralizados na sede objetivam a otimização de recursos e tempo de execução dos trabalhos.

Conforme determinado no TDR, a HIDROBR será responsável pelo fornecimento de lanches simples nestas reuniões, visando o maior conforto e envolvimento dos participantes.

Todas as reuniões serão documentadas por meio de atas e/ou relatórios, listas de presença e fotografias.

As reuniões estão estruturadas da seguinte maneira:

**1º Encontro - Oficina de capacitação e apresentação da proposta de elaboração**

**do PMSB:** Considerando que os problemas de saneamento de uma localidade não são apenas de responsabilidade do governo, mas também da sociedade, a mobilização da sociedade em torno das questões relacionadas ao saneamento é de extrema relevância. Assim, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se propicie um momento de apresentação e capacitação e sensibilização dos sujeitos sociais para o trabalho de informação e difusão da elaboração dos planos. A 1ª Reunião contemplará as seguintes etapas:

- a) Capacitação: Plano Municipal de Saneamento Básico: eixos temáticos, desafios e perspectivas.
- b) Apresentação do Plano de Trabalho, incluindo a metodologia estratégias de atuação e o cronograma de execução do PMSB.
- c) Realização de Diagnóstico Rápido Participativo por meio das técnicas de Word Café e/ou elaboração de “Biomapas”.

**2º Encontro:** Apresentação da versão preliminar do Diagnóstico (Produto 2), discussão e realização dos alinhamentos necessários. O documento contendo a versão preliminar do diagnóstico será encaminhada previamente, via e-mail, aos integrantes do GT-PMSB para avaliação. Os mesmos terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para realizarem, por escrito, as considerações necessárias. A equipe da HIDROBR julgará a pertinência das mesmas para inclusão e/ou ratificação do documento antes do 2º Encontro. Se até a data do encontro não houver manifestações, a equipe da HIDROBR seguirá com a apresentação da versão preliminar do Diagnóstico e norteará as possíveis discussões.

**3º Encontro:** Discussão dos cenários propostos para o PMSB, apresentação da versão preliminar do “Prognóstico, Programas, Projetos e Ações”, e realização dos alinhamentos necessários. O documento contendo a versão preliminar será encaminhada previamente, via e-mail, aos integrantes do GT-PMSB, para avaliação. Os mesmos terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para realizarem, por escrito, as considerações necessárias. A equipe da HIDROBR julgará a pertinência das mesmas

para inclusão e/ou ratificação do documento antes do 3º Encontro. Se até a data do encontro não houver manifestações, a equipe da HIDROBR seguirá com a apresentação da versão preliminar e norteará as possíveis discussões.

**4º Encontro:** Apresentação do Relatório Final do Plano de Saneamento Básico e planejamento da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

### **12.3.3 Apresentação, discussão e legitimação das propostas**

A apresentação, discussão e legitimação das propostas formuladas pela equipe técnica, com base no acúmulo dos processos participativos anteriores, ocorrerá através da realização de Audiências Públicas e uma Conferência Municipal de Saneamento Básico.

- **Audiências Públicas**

Conforme previsto no TDR, serão realizadas 2 (duas) Audiências Públicas no município. Essas audiências objetivam garantir a participação popular no processo de elaboração do PMSB.

As Audiências Públicas devem envolver a comunidade e os diversos grupos de interesse envolvidos, como representantes da Prefeitura, prestadores de serviços, Associações de Moradores, dentre outras entidades.

As Audiências Públicas que servirão para apresentar os resultados de duas etapas do trabalho, sendo a primeira delas referente ao Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico e a segunda relativa à Divulgação dos Programas e Ações Necessárias.

Durante cada audiência, será apresentada a minuta e os resultados dos estudos técnicos que darão subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Os apontamentos serão registrados e debatidos no sentido extrair elementos que aperfeiçoem o PMSB e fortaleça o seu aspecto democrático de construção. Para

coleta dos apontamentos serão disponibilizados Formulários de Contribuições, conforme ilustra a Figura 12.1, nos quais o interlocutor poderá se identificar e registrar sua contribuição. A audiência será presidida pelo município que dará as boas-vindas aos presentes e fará a apresentação do projeto e do GT-PMSB, em tempo inferior a 50 minutos. Na sequência, a palavra será do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e/ou do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraúna (SCBH Rio Paraúna), através de um representante convidado. Em seguida a empresa executora apresentará os Planos desenvolvidos em tempo não superior a 50 minutos. Após as apresentações dar-se-á início ao debate com os presentes.

**Figura 12.1 - Modelo de Formulário de Contribuições**

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES	
Contribuições:	
Questionamentos:	

Fonte: HIDROBR (2018).

Todos os trâmites legais para a realização de cada audiência devem ser assegurados, o que inclui a ampla divulgação e participação ativa do GT-PMSB na aprovação final da PMSB e suas formas de monitoramento e avaliação posteriores, bem como a publicação da audiência em diário oficial e em jornal de grande circulação no município

com no mínimo 15 dias antes de antecedência. Serão utilizados recursos de Datashow para a apresentação da Minuta do PMSB.

Além disso, a HIDROBR articulará com o município a melhor forma de assegurar que haja transporte gratuito disponível para que os munícipes de regiões mais distantes possam comparecer às audiências e ainda será responsável pelo fornecimento de lanche para garantir o maior conforto e envolvimento dos participantes.

As Audiências serão registradas por meio de atas, listas de presença e registros fotográficos. Os locais e horários serão definidos posteriormente, conforme indicação/demanda dos integrantes do GT-PMSB.

- **Conferência Municipal de Saneamento Básico**

Essa atividade tem por finalidade a apresentação e entrega do produto final do Plano Municipal de Saneamento Básico. Será direcionada a toda a população do município para ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico e deverá estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular. Será um momento para celebrar a conquista do PMSB e seu significado para as comunidades, visando incentivar a continuidade da participação cidadã na implantação do PMSB e o fortalecimento da corresponsabilidade para a eficiência dos sistemas de saneamento.

A Conferência Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada tendo como orientação a seguinte programação:

- 1) Apresentação cultural de artistas locais;
- 2) Fala do CBH Rio das Velhas e SCBH Rio Paraúna;
- 3) Apresentação da equipe da executora e dos realizadores;
- 4) Fala dos representantes da comunidade para reforçar a importância do papel da sociedade na construção do PMSB;
- 5) Apresentação dos resultados obtidos;
- 6) Entrega formal da versão final do PMSB.

O evento será registrado por meio de ata e/ou relatório, listas de presença e registros fotográficos.

A HIDROBR será responsável pelo fornecimento de lanche para garantir o maior conforto e envolvimento dos participantes.

#### **12.3.4 Mecanismos de divulgação, repasse de informações e promoção do diálogo**

A criação de mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação da compreensão das informações referentes ao PMSB objetiva estabelecer meios para que sociedade possa contribuir nos trabalhos de elaboração do PMSB. Nesse sentido, serão produzidos uma série de materiais gráficos com o objetivo de informar e convocar a comunidade para participar ativamente da elaboração do PMSB.

Além das peças impressas, serão utilizadas redes sociais, mídias locais e um serviço de ouvidoria, especialmente criado para acolher as dúvidas e sugestões da população envolvida.

A seguir apresenta-se os principais mecanismos divulgação, repasse de informações e promoção do diálogo que serão adotados durante a elaboração do PMSB no município de Datas.

##### **12.3.4.1 Instrumentos e Estratégias de Divulgação**

Para garantir a ampla divulgação de todas as etapas da elaboração do PMSB, serão promovidas 4 (quatro) campanhas distintas:

- a) Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- b) Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico;
- c) Divulgação dos Programas e Ações Necessárias;
- d) Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Todo o material de divulgação e informação seguirá as orientações do Manual de Aplicação de Marca do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e será previamente submetido à aprovação da Agência Peixe Vivo, antes da sua produção e distribuição.

O público alvo compreenderá todos munícipes, em especial os agentes que se relacionam de forma mais concreta e imediata com a área de saneamento básico. Assim, abrangem as organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, lideranças comunitárias, movimentos sociais, conselhos municipais, entre outros atores sociais.

A produção e edição de materiais impressos foi escolhida como uma das estratégias de divulgação, por seu registro mais duradouro, facilidade de distribuição e armazenamento. Será priorizada a produção de materiais com textos sintéticos, objetivos e complementados por imagens que ajudem na compreensão do conteúdo. Essa estratégia é complementada com outros instrumentos de comunicação social, apresentados todos a seguir:

- **Folder**

Como instrumento impresso de divulgação, traz de forma rápida, atraente e objetiva as principais informações sobre o Plano Municipal e Saneamento. O folder do PMSB descreverá resumidamente os seguintes conteúdos:

- a) Lei Nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- b) Obrigatoriedade de elaboração de Planos Municipais de Saneamento;
- c) Importância do saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população;
- d) Importância da participação da sociedade no processo de construção do Plano;
- e) Descrição sobre o CBH Rio das Velhas e fonte do recurso para elaboração do respectivo PMSB;
- f) Objetivos, canais e formas de participação.

O folder deverá ter um caráter mais atemporal, isto é, que não traga informações que sejam superadas rapidamente durante o processo de elaboração do PMSB. Serão utilizados principalmente durante a campanha de Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico. O material será distribuído, preferencialmente, nas reuniões e em pontos estratégicos e de grande circulação de pessoas.

A tiragem foi estimada a partir do quantitativo do público alvo, ou seja, a população total do município. Procurou-se atingir, no mínimo 10% da população total, o quantitativo para Datas é de 600 (seiscentas) unidades. O material será produzido em papel couchê fosco 150 g, tamanho 29,7x21 cm, 4x4 cores. A Figuras 12.2 e 12.3 apresentam o modelo do folder.

Figura 12.2 - Modelo do folder (frente)

**O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH das Velhas e Subcomitês**

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas foi instituído em 1998 através do Decreto Estadual 39.692. Atualmente o comitê é composto por 28 membros, de forma paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada.

O Comitê tem por finalidade: "promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentado da Bacia". Ou seja, visa promover políticas públicas para melhor estruturação dos municípios que integram a Bacia do Rio das Velhas.

Em um desdobramento do Comitê, foram criados os Subcomitês, descentralizando e facilitando as ações e articulação em suas repetitivas áreas de abrangência.

Os SCBH mantêm-se como um conselho de regulação e um articulador social e exercem suas finalidades promovendo diversas ações, como: intervenções em projetos, ações jurídicas, captação de recursos, seminários, entre outras.

Estes podem ser consultados sobre conflitos referentes aos recursos hídricos e, também, podem levar ao conhecimento do CBH Rio das Velhas e dos órgãos e entidades competentes os problemas ambientais porventura constatados em sua sub-bacia.

**Participe!**

O PMSB do seu município está em fase de elaboração e sua contribuição é muito importante. Este plano foi contratado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), viabilizado pelos recursos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, visando melhorias nos aspectos ambientais e sociais na bacia. Por isso, participe relatando as dificuldades enfrentadas e exigindo, posteriormente que as ações propostas durante o plano sejam implantadas.

Participe dos eventos e contribua também com sugestões por meio dos canais de participação:

Telefone: (31) 3504-2733  
Whatsapp (31) 99415-5533  
Email: [pmsb@hidrobr.com](mailto:pmsb@hidrobr.com)

Facebook: [www.facebook.com/Hidrobrpmsb](https://www.facebook.com/Hidrobrpmsb)  
Acesse nossos produtos no site:  
[www.cbhvelhas.org.br](http://www.cbhvelhas.org.br)

**Faça sua parte!**

EXECUÇÃO: HIDROBR  
APOIO TÉCNICO: AGÊNCIA PEIXE VIVO  
REALIZAÇÃO: Subcomitê da Bacia hidrográfica do Rio Guaiçaba, Subcomitê da Bacia hidrográfica do Rio Paraúna, CBH Rio das Velhas

**CBH Rio das Velhas**  
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

**PMSB**  
Plano Municipal de Saneamento Básico

ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS  
[cbhvelhas.org.br](http://cbhvelhas.org.br)  
[/cbhriodasvelhas](https://www.facebook.com/cbhriodasvelhas)

Fonte: HIDROBR (2018).

Figura 12.3 - Modelo do folder (verso)

**Diretrizes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH**

Seguindo as orientações da Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Os municípios mineiros de Datas, Gouveia e Lassance localizados na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas estão elaborando o **PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO**, que apresentará um conjunto de estudos para averiguar e propor soluções para os problemas de saneamento básico. **O estudo abordará quatro temas:** água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

A Lei Federal nº 11.445/2007 prevê que todos os municípios devem ter um Plano Municipal de Saneamento Básico com vistas a buscar melhorias em áreas como: abastecimento de água potável, manejo de água pluvial, resíduos sólidos, coleta, tratamento de esgoto e limpeza urbana.

O CBH Rio das Velhas decidiu pelo investimento de recursos na elaboração desses planos a minimização dos impactos ambientais decorrentes da deficiência em saneamento básico, visando à melhoria tanto da quantidade, quanto da qualidade das águas da Bacia do Rio das Velhas.

**O que é Saneamento Básico?**

É o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Para garantir saúde e qualidade de vida é necessário que a infraestrutura de saneamento básico acompanhe continuamente as necessidades da população.

**O que é o Plano de Saneamento Básico (PMSB)?**

PMSB é um documento de planejamento para futura elaboração de projetos e execução de serviços e obras relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem das águas de chuva. É um instrumento que define critérios, parâmetros, metas e ações para atendimento dos objetivos propostos na área do saneamento básico.

**Você Sabia?**

- 1 – O esgoto sanitário sem tratamento e disposição adequada contamina corpos d'água (rios, riachos, lagos, entre outros).
- 2 – Depósitos de resíduos sólidos em locais e condições inadequadas podem contaminar as áreas de mananciais, prejudicar a captação e demais usos da água, favorecer a ocorrência de enchentes por obstruir as redes de drenagem, além de promover a proliferação de vetores.
- 3 – As inundações, por sua vez, podem interromper o funcionamento do sistema de abastecimento de água, acarretar a disseminação de doenças e deslocar famílias.

**Melhorias propostas pelo Plano de Saneamento Básico (PMSB):**

- ACESSO DE ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADA.** (Ícone: Água)
- O ESGOTO TRATADO MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA.** (Ícone: Esgoto)
- ÁGUA DRENADA PARA EVITAR INUNDAÇÕES.** (Ícone: Drenagem)
- O LIXO REDUZIDO E DISPOSTO ADEQUADAMENTE.** (Ícone: Resíduos)

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Cartaz**

Este instrumento impresso será afixado de forma que seja visível em locais públicos, tendo como função principal divulgar uma informação visualmente. Os cartazes do PMSB, diferentemente dos folders, serão temporais, trazendo informações acerca dos eventos: Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Serão afixados nas organizações comunitárias, instituições parcerias na divulgação, órgãos da administração pública, postos de saúde, escolas, comércios, entre outros. Serão distribuídas 50 (cinquenta) unidades no município de Datas. O material será produzido em papel couchê 150g - Tamanho A3. A Figura 12.4 apresenta o modelo do cartaz que será utilizado.

Figura 12.4 - Modelo de cartaz

**CBH Rio das Velhas**  
 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

# PMSB

## Plano Municipal de Saneamento Básico

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas juntamente com o Subcomitê da Bacia hidrográfica do Rio XXXXXXXX e a Prefeitura Municipal de XXXXX, convidam a todos para:

**1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXX**

DATA	HORÁRIO	ENDEREÇO
15.02.2019	08:00	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Participe!**  
**Ajude a construir uma cidade melhor!**

ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS  
[cbhvelhas.org.br](http://cbhvelhas.org.br)  
 /cbhriodasvelhas

EXECUÇÃO: **HIDROBR**  
 SOLUÇÕES INTEGRADAS

APOIO TÉCNICO: **AGÊNCIA PEIXE VIVO**

REALIZAÇÃO: Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guaçu  
 Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba  
**CBH Rio das Velhas**

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Banner**

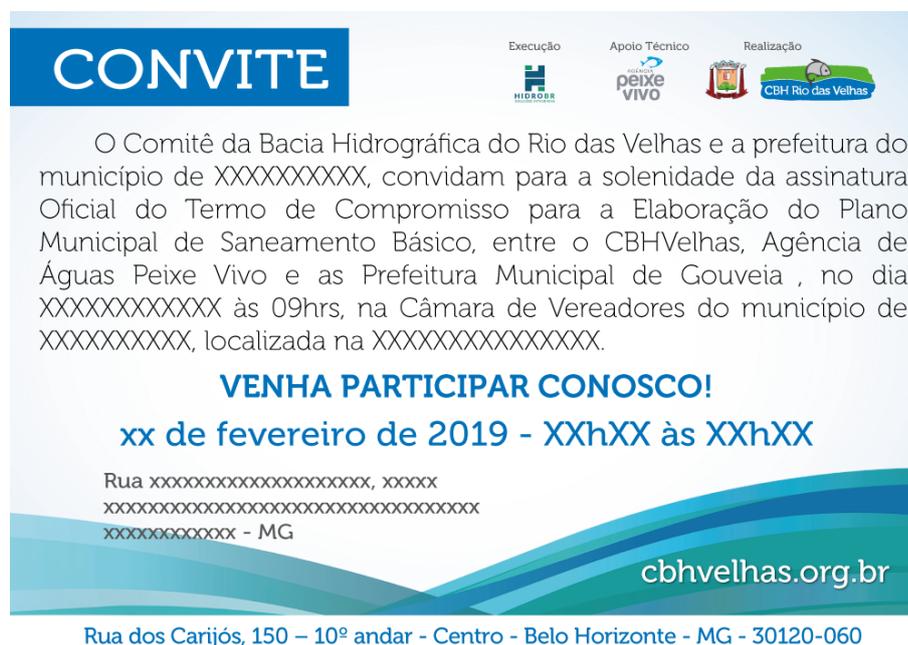
Instrumento de comunicação impressa, tendo como objetivo a divulgação em espaços fechados, os banners do PMSB serão utilizados nos eventos para apresentar visualmente as etapas do processo e sínteses dos estudos produzidos. O Banner terá informações sobre o CBH Rio das Velhas e a fonte de recursos para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Estima-se a produção de 1 (um) banner em lona 340g, no tamanho no tamanho 90x120 cm.

- **Convites**

Os convites produzidos serão distribuídos virtualmente através dos e-mails e redes sociais. A Figura 12.5 apresenta o modelo de convite que será utilizado.

**Figura 12.5 - Modelo de convite**



Fonte: HIDROBR (2018).

O modelo de texto é apresentado abaixo:

“O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraúna, por meio do Prefeitura Municipal de Datas, convidam para a Audiência Pública de apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico. Data: 20 de fevereiro de 2019.

Horário: 8h

Local: Câmara Municipal - Praça Padre José Machado 639 - A, Datas/MG.”

- **Carro de Som**

O carro de som fará a divulgação em todo o território da sede do município e no distrito com maior concentração de pessoas. A divulgação ocorrerá prioritariamente na véspera e/ou antevéspera dos eventos. O modelo de texto é apresentado a seguir:

“O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e o Subcomitê Rio Paraúna, por meio da Prefeitura Municipal de Datas, convida a população a participar da Audiência Pública, a ser realizada no dia 9 de fevereiro, das 19 às 22 horas, na Câmara Municipal – Praça Divino Espírito Santo 16, Datas. A Audiência tem como objetivo a divulgação do diagnóstico da situação do saneamento no município e o fortalecimento da participação social. Participe deste evento!”

A Tabela 12.1 apresenta a dinâmica da divulgação para cada evento (Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico).

**Tabela 12.1 - Dinâmica de divulgação carro de som**

Município	Horas de divulgação na sede	Horas de divulgação no distrito
Datas	8 horas	3 horas

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Faixas**

Para divulgação das audiências públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico, serão afixadas nas ruas na sede do município e no distrito com maior população, em pontos com fluxo alto de pessoas, várias faixas de tecido no formato 4x0,80 cm, com dinâmica de distribuição conforme Tabela 12.2. As faixas deverão ser afixadas com antecedência mínima de 7 dias. O modelo de texto para faixa é apresentado a seguir:

“Venha participar da 1ª CONFERÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO do Município de Datas, dia 2 de agosto, às 19 horas, na Câmara Municipal.”

**Tabela 12.2 - Dinâmica de distribuição de faixas**

Município	Quantidade de faixas na sede	Quantidade de faixas no distrito
Datas	4 unidades	1 unidade

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Redes Sociais**

A Agenda dos eventos que integram a Elaboração do PMSB, incluindo as Audiências Públicas, Reuniões com o GT - PMSB, Conferência Municipal de Saneamento Básico e outras atividades que possam ser consideradas relevantes, serão divulgadas através das redes sociais mantidas pela Prefeitura Municipal de Datas, propondo a Fanpage do Facebook: “Prefeitura Municipal de Datas” disponível no link: <https://www.facebook.com/Prefeitura-Municipal-de-Datas-265132547314420/> e o aplicativo WhatsApp. A divulgação também será realizada através do site e redes sociais do CBH Rio das Velhas.

Além da divulgação das agendas dos eventos, serão veiculadas, periodicamente, diversas notícias sobre a elaboração do PMSB, juntamente com a divulgação de todos os canais e formas de participação no processo de elaboração do PMSB.

- **Relacionamento com a Imprensa Local**

Os veículos de comunicação têm um papel fundamental na construção da opinião pública, uma vez as mudanças sociais só acontecem quando são entendidas e consideradas desejáveis por muitas pessoas. Dessa forma, é essencial estabelecer um canal de diálogo junto aos jornalistas aberto à discussão e à abordagem dos temas relacionados ao saneamento básico. Para tanto, será necessário identificar os veículos com os quais se pretende trabalhar durante a elaboração do PMSB, tais como jornais e rádios locais. Posteriormente, será elaborado um *mailing*, lista de contatos sobre veículos de comunicação, contendo nomes, telefones, fax, e-mails, cargos e editorias dos jornalistas. Também é desejável reunir informações sobre quais dias e horários acontece a reunião de pauta, momento quando são fechados os assuntos

que serão tratados, e quem é o responsável por receber as sugestões de pauta. Está prevista a elaboração de comunicados de imprensa (releases), para informações sobre o andamento do PMSB, bem como comunicar a agenda dos eventos. Além dos releases, serão solicitados pedidos de pauta para agendamento de entrevistas e cobertura dos principais eventos, como as Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

#### 12.3.4.2 Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico

Para a divulgação do PMSB serão utilizados folders, cartazes, divulgação através dos sites e redes sociais da Prefeitura Municipal. Pretende-se contar com o apoio de diversos agentes locais para a multiplicação das informações.

O

Quadro **12.1** apresenta a Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a divulgação do Lançamento do PMSB.

#### Quadro 12.1 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação para o Lançamento do PMSB no Município de Datas

Data de Início da Divulgação: 01/02/2019		
Data de Término da Divulgação: --		
Recurso a serem utilizados	Quantitativo sugerido	Custo estimado
1- Folder	600 unidades	R\$ 540,00
2- Cartaz	50 unidades	R\$ 150,00
Thais Oliveira Vicente Alves <hr/> Profissional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social		

Fonte: HIDROBR (2018).

### 12.3.4.3 Divulgação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico

A divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico ocorrerá através de uma Audiência Pública. Para divulgação da Audiência, serão utilizados, cartazes, convites virtuais, faixas e carro de som.

O Quadro 12.2 apresenta a Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a divulgação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico.

**Quadro 12.2 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Datas**

Data de Início da Divulgação:	01/02/2019	
Data de Término da Divulgação:	--	
Data da Audiência Pública:	21/02/2019	
Capacidade de lugares recomendada:	100 lugares	
Local da Audiência Pública:	A definir	
Recurso a serem utilizados	Quantitativo sugerido	Custo estimado
1- Convite Digital	-	-
2- Cartaz	50 unidades	130,00
3- Faixa	04 unidades	240,00
4- Carro de som	12 horas	520,00
<p>Thais Oliveira Vicente Alves                      _____                      Profissional Responsável pelos trabalhos                      de Mobilização Social</p>		

Fonte: HIDROBR (2018).

#### 12.3.4.4 Divulgação dos Programas e Ações Necessárias

A divulgação dos Programas e Ações Necessárias ocorrerá através de uma Audiência Pública. Para a divulgação da Audiência, serão utilizados, cartazes, convites virtuais, faixas e carro de som.

O Quadro 12.3 apresenta a ficha de justificativa de escolhas técnicas para a divulgação dos Programas e Ações Necessárias.

**Quadro 12.3 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação dos Programas e Ações Necessárias no Município de Datas**

Data de Início da Divulgação:	19/05/2019	
Data de Término da Divulgação:	--	
Data da Audiência Pública:	29/05/2019	
Capacidade de lugares recomendada:	100 lugares	
Local da Audiência Pública:	A definir	
Recurso a serem utilizados	Quantitativo sugerido	Custo estimado
1- Convite Virtual	-	-
2- Cartaz	50 unidades	130,00
3- Faixa	04 unidades	240,00
4- Carro de som	12 horas	520,00
Thais Oliveira Vicente Alves Profissional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social		

Fonte: HIDROBR (2018).

#### 12.3.4.5 Divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Para a divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico, serão utilizados, cartazes, convites virtuais, faixas e carro de som.

O Quadro 12.4 apresenta a ficha de justificativa de escolhas técnicas para a divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

**Quadro 12.4 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico**

Data de Início da Divulgação: 01/09/2019		
Data de Término da Divulgação: --		
Data da Audiência Pública: 11/09/2019		
Capacidade de lugares recomendada: 100 lugares		
Local da Audiência Pública: A definir		
Recurso a serem utilizados	Quantitativo sugerido	Custo estimado
1- Convite Virtual	-	-
2- Cartaz	50 unidades	130,00
3- Faixa	04 unidades	240,00
4- Carro de som	12 horas	520,00
Thais Oliveira Vicente Alves <hr/> Profissional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social		

Fonte: HIDROBR (2018).

#### 12.3.4.6 Serviço de ouvidoria do PMSB

Na ouvidoria, o cidadão poderá expressar suas opiniões e realizar questionamentos quanto ao PMSB. A ouvidoria funcionará a partir do segundo mês desde o início da contratação. Haverá um número de telefone e um e-mail para que a população do município possa estabelecer contato. As ligações serão atendidas, nos dias úteis, das 8:00 às 17:00.

Os contatos da Ouvidoria são os seguintes:

- Telefone: (31) 3504-2733
- e-mail: pmsb@hidrobr.com

### 13. REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A reunião para apresentação do Plano de Trabalho ao Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Datas ocorreu no dia 17 de dezembro de 2018, no período de 10:00 às 12:00, no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), localizado na Avenida José Magalhães Pinto, 120 - Datas/MG.

Estiveram presentes 15 (quinze) pessoas, dentre representantes da empresa HIDROBR, membros do GT-PMSB e outros convidados, conforme lista de presença apresentada no Anexo E.

A reunião foi conduzida por Vitor Queiroz, representando a HIDROBR, que iniciou com breve contextualização da Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445 de 2007). Na sequência, explicou a metodologia que será adota para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como a fonte de recursos para a elaboração do mesmo. Posteriormente, apresentou o Plano de Trabalho, detalhando cada produto que será entregue. Para finalizar, conduziu uma discussão entre os participantes com o objetivo de compreender as expectativas sobre a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e a percepção acerca dos principais problemas relacionados ao saneamento.

Élio Domingos, Mobilizador do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, esteve presente e explicou a dinâmica do CBH Rio das Velhas e dos Subcomitês e a origem dos recursos para a elaboração do PMSB.

A Figura 13.1 apresenta alguns momentos da Reunião. A ata é encontrada no Anexo F.

**Figura 13.1 - Reunião com Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Datas**



Fonte: HIDROBR (2018).

## 14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **Panorama dos Planos Municipais de saneamento Básico no Brasil**, 2017. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos\\_PDF/panorama\\_planos\\_municipais\\_de\\_saneamento\\_basico.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/panorama_planos_municipais_de_saneamento_basico.pdf)>. Acesso 20 nov. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://saneamentobasico.rds.land/plansab>>. Acesso 20 nov. 2018.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). **Assinado Contrato que Garantirá Planos de Saneamento a Três Novos Municípios da Bacia**. Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/noticias/assinado-contrato-que-garantira-planos-de-saneamento-a-tres-novos-municipios-da-bacia/>>. Acesso 07 dez. 2018.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). **Resumo Executivo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas 2015**. Disponível em: <[http://200.98.167.210/site/arquivos/RE\\_VELHAS\\_Rev01.pdf](http://200.98.167.210/site/arquivos/RE_VELHAS_Rev01.pdf)>. Acesso 20 nov. 2018.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). SIGA Rio das Velhas. **VELHASMap**. Disponível em: <<http://siga.cbhvelhas.org.br/portal/sigaweb.zul>>. Acesso 20 dez. 2018.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). **Banco de Solos de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.feam.br/noticias/1/949-mapas-de-solo-do-estado-de-minas-gerais>>. Acesso 20 nov. 2018.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). **Destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS**. Disponível em:

<[http://www.feam.br/images/stories/2018/RESIDUOS/020302003\\_2017\\_Destinacao\\_RSS\\_2014\\_A4.pdf](http://www.feam.br/images/stories/2018/RESIDUOS/020302003_2017_Destinacao_RSS_2014_A4.pdf)>. Acesso 20 nov. 2018.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). **Situação de Tratamento e/ou Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos Minas Gerais 2016**. Disponível em:

<[http://www.feam.br/images/stories/2017/RESIDUOS/Minas\\_Sem\\_Lixoes/Mapa\\_RS\\_U\\_2016\\_FINAL.pdf](http://www.feam.br/images/stories/2017/RESIDUOS/Minas_Sem_Lixoes/Mapa_RS_U_2016_FINAL.pdf)>. Acesso 20 nov. 2018.

Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). **Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Bacia do São Francisco, 2010**. Disponível em

<<http://www.feam.br/images/stories/arquivos/minasemlixoes/regionalizacao/relatorio%20bsf%20final.pdf>>. Acesso 20 nov. de 2018.

Governo Federal. Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA). **Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)**. Disponível em: <<http://pnsr.desa.ufmg.br/>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2016**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2016>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2016**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal**. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO Nº 357 DE 17 DE MARÇO DE 2005**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>. Acesso 20 nov. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil em Síntese**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/datas/panorama>>. Acesso 20 nov. 2018.

Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). **Normal Climatológica do Brasil 1981-2010**. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisclimatologicas>>. Acesso 20 nov. 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso 20 nov. 2018.

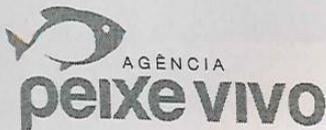
PEREIRA, Tatiana Santana Timóteo. **Conteúdo e metodologia dos planos municipais de saneamento básico: um olhar para 18 casos no Brasil**. Brasília, 2012.

Prefeitura Municipal de Datas. **LEI MUNICIPAL Nº 437 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013**. Disponível em: <<http://datas.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Lei-N%C2%B0-437-INSTITUI-O-PLANO-MUNICIPAL-DE-SANEAMENTO-B%C3%81SICO-DESTINADO-%C3%80-EXECU%C3%87%C3%83O-DOS-SERVI%C3%87OS-DE-ABASTECIMENTO-DE-%C3%81GUA-E-ESGOTAMENTO-SANIT%C3%81RIO-NA-SEDE-DO-MUNIC%C3%8DPIO.pdf>>. Acesso 20 nov. 2018.

Presidência da República. **LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm)>. Acesso 20 nov. 2018.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/datas\\_mg](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/datas_mg)>. Acesso 20 nov. 2018.

## **ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO**



## ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

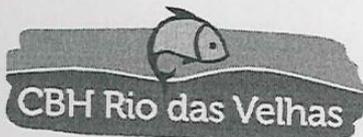
*Termo de Compromisso que entre si celebram o Município de Datas, a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.*

O **Município de Datas**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 17.754.193/001-79, com sede na Praça do Divino, 10, bairro Centro, neste ato representado pelo prefeito, Senhor Gonçalo Valdivino Pereira, brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua Augusto Guedes, 64, bairro Barreiros, CEP 39.130-000, CPF nº 037.888.638-03, portador da Carteira de Identidade nº 137.120.242, expedido pela SSP-SP, conforme ato de posse ora anexo, a **Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo**, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, entidade delegatária de funções de agência de bacia por meio do Contrato de Gestão nº 014/2010 firmado com a Agência Nacional de Águas - ANA, situada a rua dos Carijós nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-060, CNPJ/MF nº 09.226.288/001-91, representada legalmente pela Senhora **Célia Maria Brandão Fróes**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do CPF nº 463.217.646-04, documento de identidade nº M-1.414.806, expedido pela SSP-MG, residente na rua Guaratinga nº 77, Belo Horizonte-MG, e o **Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas**, doravante denominado **CBH Rio das Velhas**, representado pelo seu Presidente **Marcus Vinícius Polignano**, portador do CPF nº 456.609.136-87, documento de identidade nº M705677, expedido pela SSP-MG, residente na rua Dom Joaquim Silvério, nº 984, Belo Horizonte-MG, resolvem celebrar o presente **Termo de Compromisso** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), considerando:

- i- A cobrança pelo uso da água gera recursos para investimentos na própria bacia hidrográfica;
- ii- O Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio das Velhas e o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) da bacia do rio das Velhas ordenaram investimentos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico na bacia;

Sujeitando-se, no que couber, às disposições legais e aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir, a Agência Peixe Vivo, a Prefeitura Municipal de Datas e o CBH Rio das Velhas firmam o seguinte:

 W



## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto firmar a cooperação entre a Agência Peixe Vivo, o Município de Datas e o CBH Rio das Velhas com vistas à elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio das Velhas, a ser licitado, supervisionado e acompanhado pela Agência Peixe Vivo, e apoiado e validado pelo município.

**Para a efetivação da contratação do PMSB pela Agência Peixe Vivo, o Município de Datas afirma não possuir PMSB elaborado nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007 e não dispor de recursos de outras fontes para a sua elaboração.**

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I. Compete a Agência Peixe Vivo:

- a) Elaborar o Ato Convocatório e o Termo de Referência para contratação do PMSB;
- b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues;
- d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

### II. Compete ao Município:

- a) Assinar o presente Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do PMSB;
- b) Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos;
- c) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada, compor o **Grupo de Trabalho (GT)**, instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB;
- d) Indicar, por meio de Decreto Municipal, um **Grupo de Trabalho** para o Plano Municipal de Saneamento Básico, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB. Este **GT** deve ser constituído por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento, bem como por representantes de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONGs), além de representantes dos conselhos municipais, da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e outros;



- e) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas;
- f) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- g) Ao final dos trabalhos, viabilizar a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico na Câmara Municipal de Vereadores;
- h) Zelar pela divulgação do trabalho e execução dos Programas, Projetos e Ações propostos, após a finalização do PMSB.

### III. Compete ao CBH Rio das Velhas:

- a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- b) Participar das reuniões de planejamento com as partes.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo da vigência do presente Termo de Compromisso será correspondente à vida útil do objeto do contrato, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado desde que haja concordância entre as partes, o que será feito mediante termo aditivo.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO**

Ficam assegurados aos partícipes os direitos de acompanhar toda a execução dos trabalhos desenvolvidos, assim como questionar quaisquer eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco do mesmo.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Todos os gastos com a execução do objeto avençado ficam a cargo da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas - Peixe Vivo, estando o Município desonerado com as despesas, exceto aquelas despesas inerentes ao cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso, em especial aquelas contidas na cláusula segunda, inciso II.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

O presente Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de termos aditivos objetivando o seu aprimoramento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA**

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por denúncia de qualquer dos partícipes, comunicada ao outro, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta)



dias, bem como pela inadimplência de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação.

### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Datas providenciará até o quinto dia útil subsequente à assinatura do presente Termo de Compromisso, a publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial competente, em obediência ao parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas durante a vigência deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da comarca de Belo Horizonte-MG.

E por estarem justos e compromissados com as cláusulas e condições aqui pactuadas, assinam as partes do presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2018.

Gonçalo Valdivino Pereira  
Prefeito Municipal de Datas

Célia Maria Brandão Frões  
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo

Marcus Vinícius Polignano  
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Testemunhas:

Nome:

CPF: 357 789 706-68

RG: M2 586 868

Nome:

CPF: 991.036.206-89

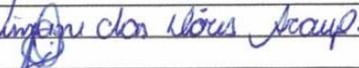
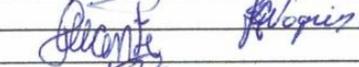
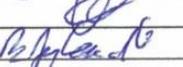
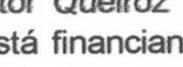
RG: MG. 138-751

## **ANEXO B – ATA REUNIÃO INICIAL COM PREFEITURA**

## Ata de Reunião

Data: 21 de novembro de 2018

### Participantes

Nome	Órgão	Assinatura
Gonçalo Valdivino Pereira	Prefeitura de Datas	
Wellington de Paula	Prefeitura de Datas	
Milton Luiz de Ávila	Prefeitura de Datas	
Vivian E. das Ilóus Araup.	Prefeitura de Datas	
Silvana de Oliveira e Silva	Prefeitura de Datas	
Antônio Geraldo do Carmo Moreira	Prefeitura de Datas	
Izabel Nogueira	CBH Velhas	
Thaís <i>Almeida Vicente Ube</i>	HIDROBR	
Vitor Queiroz	HIDROBR	
Bruno Carrara	HIDROBR	

### Assuntos discutidos

- Foi feita uma introdução pelo coordenador Vitor Queiroz (HIDROBR), onde foi abordada a origem do recurso que está financiando o projeto (CBH Velhas), a contratação pela Agência Peixe Vivo e os diversos atores presentes no processo; foi ressaltado que o plano é do Município e que a participação é fundamental durante toda a elaboração; foi explicada a metodologia e as atividades a serem realizadas;
- O Prefeito e a equipe explicaram a organização dos serviços de saneamento no município e ressaltaram algumas questões mais relevantes para a Prefeitura;
- Em seguida foi apresentada a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho pela Prefeitura com participação não só da Prefeitura, mas de representantes: da Câmara de Vereadores, prestadores de serviço, sociedade civil, conselho de Saúde e outros que forem relevantes.
- A HIDROBR apontou a urgência na criação do Grupo em função da necessidade de apresentação do Plano de Trabalho ainda em dezembro e questionou se a Prefeitura estaria de acordo;
- A Prefeitura respondeu positivamente e que irá providenciar o Decreto o mais breve possível e que a princípio não teria problema em fazer a reunião em dezembro;
- A Prefeitura designou o vice-prefeito Wellington de Paula para ser a referência de contato para a elaboração do Plano;
- Em seguida foram discutidos diversos assuntos sobre o saneamento, eixo a eixo, para áreas urbanas e rurais;
- Na parte da tarde a equipe da HIDROBR fará visita nos sistemas de água, esgoto e resíduos.

**ANEXO C – DECRETO N° 118, DE 29 DE NOVIEMBRE DE 2018**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DATAS

PRAÇA DO DIVINO, Nº10 – TELEFONES: (38) 3535-1121 – (38) 3535-1118  
CEP. 39.130.000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 118, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018.**

*“Nomeia Grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Datas/MG”.*

**GONÇALO VALDIVINO PEREIRA**, Prefeito Municipal de Datas/MG, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e atendendo ao disposto na Cláusula Segunda, item II, letra d, do Termo de Compromisso firmado entre o Município de Datas e a Agência Peixe Vivo, em 19 de janeiro de 2018,

## **RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR** os membros integrantes do Grupo de Trabalho que irá acompanhar todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Datas/MG. .

**Art. 2º - O Grupo de Trabalho** terá competência consultiva e deliberativa e será composto pelos seguintes membros:

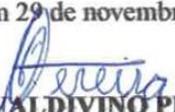
Nome	Cargo	Instituição/Secretaria
Wellington Sebastião de Paula	Vice-Prefeito	Vice-Prefeitura
Milton Luiz de Ávila	Secretário Geral Gabinete	Secretaria Geral do Gabinete
Antônio Geraldo do Carmo Moreira	Secretário de Obras	Secretaria Municipal de Obras Púb. S.U.S.T.
Viviane das Dores Araújo	Secretária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Meire Borges Farnezi Fernandes.	Secretária de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Vanderlei da Consolação Pereira	Diretor de Agropecuária	Secretaria Municipal de Agropecuária, I.C.M.A
Celso Andrade Fernandes	Vereador	Câmara Municipal de Vereadores
Leonnardo Salvato Sigiliano.	Assessor de Engenharia	Secretaria Municipal de Obras/CII-AMAJE
Rita de Cássia Almeida de Paula	Assessora Jurídica	Procuradoria Jurídica Municipal
João Luiz Silveira	Técnico	EMATER local
Sônia Maria da Silva	Conselheira	Conselho Municipal de Saúde
Haroldo José de Oliveira	Presidente do Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Datas.
Amauri Ribas - TITULAR	Encarregado	COPASA - Distrito Regional de Diamantina
Hernani de Paula Brandão-Suplente	Operador Sistema de Água	COPASA - Distrito Regional de Diamantina

**Art. 3º - Os membros do Grupo de Trabalho** serão responsáveis por executar as atividades previstas no Termo de Referência para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico da HIDROBR. Entre estas atividades destacam-se o levantamento de dados, auxílio na elaboração dos relatórios que compõem o PMSB, fornecimento de informações e acompanhamento dos membros da equipe da HIDROBR/AGÊNCIA PEIXE VIVO/COMITÊ DE BACIA DO RIO DAS VELHAS nas visitas técnicas.

**Art. 4º - O vice-prefeito**, Wellington Sebastião de Paula, integrante do Grupo de Trabalho, é o membro designado como articulador do Plano.

**Art. 5º - Esta Portaria** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 073 de 22 de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Datas - MG, em 29 de novembro de 2018.

  
**GONÇALO VALDIVINO PEREIRA**  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Geral de Gabinete  
e publicado por afixação em locais de costume desta Prefeitura em 29/11/2018.

  
**MILTON LUIZ DE ÁVILA**  
Secretário Geral de Gabinete

## **ANEXO D – CHECKLISTS**

## Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

### Dados Gerais do Município

Data:			
Município			
Prefeito:			
População/Domicílios:	Urbana:	Rural:	Total:
Distritos: ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> ) Sim      Quantos:      Quais (distância da sede):			
Localidades: ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> ) Sim      Quantos:      Quais (distância da sede):			
Área do município:	Urbana:	Rural:	Total:
Área protegida por lei (mananciais/patrimônios/outros)      ( <input type="checkbox"/> ) Não      ( <input type="checkbox"/> ) Sim			
Principais atividades econômicas:			
Municípios limítrofes			
Principais acessos ao Município:			

### Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana

Política de municipal na forma de lei para os componentes do saneamento	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Conselho municipal de meio ambiente	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Legislação Urbanística	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Legislação ambiental específica	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Fundo municipal de meio ambiente	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Programa ativo em preservação do meio ambiente	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Plano Diretor	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Áreas de expansão	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Exigências para aprovação de loteamento (meio fio, água, esgoto, energia)	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Plano Diretor específico para os componentes de saneamento	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
APP's	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Áreas de fragilidade sujeitas a inundações ou deslizamento	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Área de interesse social	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Há cobrança pelos serviços de saneamento	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Defesa Civil instaurada e atuante	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Há plano de contingências em eventuais desastres	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:

### Socioeconômico

Possui Conselho Municipal de Educação e Saúde	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Programas ativos de educação ambiental	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:
Programas ativos de cultura	( <input type="checkbox"/> ) Não	( <input type="checkbox"/> ) Sim	Especificar:

Cooperativas, associações comunitárias e outros	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Indústrias ou grandes consumidores	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Acompanhamento da vigilância Sanitária na qualidade da água	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Consumo de energia	2016 2017 2018	Comunidades Rurais	Sede Sistemas de abastecimento Indústria
<b>Informações Geográficas (com curvas de nível de m/m)</b>			
Malha Urbana	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Hidrografia	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Relevo	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
APP's	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Loteamentos	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Uso e ocupação do solo	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Geologia	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Hidrogeologia	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Geomorfologia	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Vegetação	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Unidades de conservação	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Levantamento cadastral da rede abastecimento de água	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Levantamento cadastral da rede coletora de esgotos	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Levantamento cadastral da infraestrutura de drenagem	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Plano diretor	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Zoneamento	( ) Não	( ) Sim	Especificar:
Áreas de risco	( ) Não	( ) Sim	Especificar:

## Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

### Sistema de Abastecimento de Água

#### Dados Gerais

Data da visita:

Sistema visitado:

Prestador de serviço:

Tipo de Contrato:

Data de vencimento:

#### Cobertura

População total do sistema (considerar a população da área do sistema):

População atendida por rede de distribuição do sistema (%):

Índice de cobertura:

Número de economias atendidas:

Número de economias residenciais urbanas atendidas por sistemas particulares:

Número de Economias Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Número de Ligações Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Economias ativas

Ligações ativas

Valores faturados (R\$/mês)

Volume captado mês (m³/mês)

Volume faturado mês (m³/mês)

Tipo de cobrança (taxa, tarifa, outro):

Existe tarifa social: ( ) Não ( ) Sim

Localidades atendidas:

Possui projeto de captação de recursos para investimentos na área de abastecimento de água: ( ) Não ( ) Sim

Há previsão de investimentos para ampliação do sistema de abastecimento de água: ( ) Não ( ) Sim Quais:

Quadro de funcionários:

Consumo *per capita*:

Município exporta/importa água tratada: ( ) Não ( ) Sim

#### Confiabilidade e regularidade Qualidade

Índice de hidrometração:

Frequência de abastecimento:

Frequência de análise de água: Quais:

Número médio de interrupções no abastecimento (Interrupções/Mês):

Tempo médio de interrupção do fornecimento (horas):

Tempo médio para manutenção da rede (horas):

Há pontos críticos de abastecimento? ( ) Não ( ) Sim Especificar:

<b>Infraestrutura disponível</b>	
Rede de distribuição ( )	ETA ( )
Poço artesiano ( )	Reservatórios ( )
Elevatórias de água bruta ( )	Elevatórias de água tratada ( )
Aduadoras ( )	Caminhão-pipa – solicitar lista de bairros atendidos ( )
<b>Captação d'água</b>	
Identificação da unidade:	
<input type="checkbox"/> Fio d'água com barragem de nível <input type="checkbox"/> Barragem de regularização de vazão <input type="checkbox"/> Outro Especificar:	
<input type="checkbox"/> Fio d'água sem barragem de nível <input type="checkbox"/> Poço tubular profundo	
Nome do curso d'água (caso de captações superficiais):	
Capacidade (l/s ou m³/s):	
Volume total captado (m³):	
Número médio de horas de operação por dia (horas/dia):	
Captação é outorgada?	Qual vazão de outorga? (solicitar cópia)
Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano?	
( ) Não                      ( ) Sim      Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual?	
O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar.	
Existe programa de manutenção? Descrever.	
Data de entrada em operação da unidade (mês/ano):	
<b>Estação elevatória de água bruta</b>	
Identificação da unidade:	
Capacidade (l/s ou m³/s):	
Volume total captado (m³):	
Número médio de horas de operação por dia (horas/dia):	
Número total de bombas:	Potência total (CV ou HP):
Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano?	
( ) Não                      ( ) Sim      Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual?	
O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar.	
Existe programa de manutenção? Descrever.	
Data de entrada em operação da unidade (mês/ano):	
<b>Estação de tratamento de água</b>	
Vazão atual de tratamento:	
Vazão de projeto para final de plano:	
Horas de operação:	Perdas na ETA
Produtos químicos utilizados:	Quantidade:
Tipo de tratamento:	
Setor abastecido pelo sistema de tratamento:	
<b>Estação elevatória de água tratada</b>	
Identificação da unidade:	
Capacidade (l/s ou m³/s):	
Volume total transportado (m³):	

Número médio de horas de operação por dia (horas/dia):	
Número total de bombas:	Potência total (CV ou HP):
Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? ( <input type="checkbox"/> ) Não                      ( <input type="checkbox"/> ) Sim      Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual?	
O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar.	
Existe programa de manutenção? Descrever.	
Data de entrada em operação da unidade (mês/ano):	
<b>Sistema de reservação</b>	
Quantidade de reservatórios	Coordenadas Geográficas
Volume de reservação	
Tipo (EL, AP, SE)	Programa de limpeza dos reservatórios
Forma (circular, retangular)	
Material	
Estado de conservação	Abastece toda sua área de influência atual?
<b>Rede de distribuição</b>	
Cadastro da rede: ( <input type="checkbox"/> ) Não                      ( <input type="checkbox"/> ) Sim	Extensão da rede:
Tipo de traçado: ( <input type="checkbox"/> ) Ramificada      ( <input type="checkbox"/> ) Mista                      ( <input type="checkbox"/> ) Malha	
Regime de funcionamento: ( <input type="checkbox"/> ) Constante      ( <input type="checkbox"/> ) Intermitente	
Hidrante: ( <input type="checkbox"/> ) Não                      ( <input type="checkbox"/> ) Sim	
Número de setores de abastecimento:	Quais:
Existe manobra na rede: ( <input type="checkbox"/> ) Não                      ( <input type="checkbox"/> ) Sim	
Pressões na rede: Máxima:	Mínima:
Frequência de manutenção da rede:	Índice de perdas:

## Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

### Esgotamento Sanitário

#### Informações iniciais

Data da visita:

Sistema visitado:

Prestador de serviço:

#### Dados gerais

População/domicílios atendidos pelo sistema:

Total: Urbana: Rural:

Índice de cobertura:

Número de economias atendidas:

Número de economias residenciais urbanas atendidas por sistemas particulares:

#### Número de Economias

Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

#### Número de Ligações

Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Há cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário: ( ) Não ( ) Sim Especificar:

Existe cobrança social ou outro ( ) Não ( ) Sim

Quais investimentos foram realizados nos últimos 10 anos:

Possui projeto de captação de recursos para investimentos na área de esgotamento sanitário: ( ) Não ( ) Sim

Há previsão de investimentos para ampliação do sistema de esgotamento sanitário: ( ) Não ( ) Sim Quais:

Quadro de funcionários:

Os funcionários são exclusivos para atender as demandas de esgotamento: ( ) Não ( ) Sim

Áreas rurais não atendidas:

Bairros não atendidos:

Possui outorga para o lançamento: ( ) Não ( ) Sim

Percepção de drenagem ligado ao sistema de esgotamento sanitário ( ) Não ( ) Sim

#### Confiabilidade e regularidade

Tempo médio para manutenção da rede (horas):

Há pontos críticos de coleta ? ( ) Não ( ) SIM Especificar:

#### Previsão de investimento

Obra	Ano	Tipo (Manutenção/Troca/Ampliação/Andamento)	Valor
Tratamento			
Emissionário			
Estação Elevatória			

Coletor Tronco			
Rede			
<b>Rede coletora e ligação predial ou ramal condominial</b>			
Cadastro da Rede: ( ) Sim ( ) Não			
Tipo de rede: ( ) Condominial ( ) Convencional			
Extensão da rede:		Idade:	
Nº ligação de Água:			
Nº ligação de esgoto:			
Nº de ligações ativas comerciais:			
Cobertura de atendimento (%)		Bairros atendidos	
Material de tubulação de Rede	( ) PVC	( ) Manilha Cerâmica	( ) Outros
Diâmetros existentes:			
Tipo de junta:	( ) Elástica	( ) Não Elástica	
Localização da Rede:	( ) abaixo de lençol freático	( ) acima do lençol freático	
Tipo do solo:	( ) muito permeável	( ) pouco permeável	
Qual é o número de ocorrências de refluxo (extravasamento):			
Duração de refluxo nas redes coletoras:			
Locais mais frequentes:			
Qual o número de obstruções nas rede e nas ligações:			
O estado de conservação e adequado? ( ) sim ( ) Não			
Existe de programa de manutenção? ( ) sim ( ) Não			
Existe funcionários específicos para manutenção? ( ) sim ( ) Não Quantos			
<b>Estação elevatória de esgoto</b>			
Nº geral de elevatórias de esgoto bruto:			
Identificação da unidade:		Ponto de GPS:	
Capacidade (l/s):			
Nº de ligações de água:			
Nº de ligações de esgoto:			
Número médio de horas/operação por dia (hora/dia):			
Mês de sazonalidade:			
Nº total de bombas:			
Potência total (CV ou HP):			
Há automação local?	( ) sim ( ) Não		
Por quanto tempo a elevatória ficou fora de operação, no mesmo ano, por qualquer problema próprio, exceto falta de energia elétrica (dias) ?			
O estado de conservação e adequado? ( ) sim ( ) Não			
Existe programa de manutenção: ( ) sim ( ) Não			
<b>Coletor Tronco</b>			
Extensão Total:			
Número de ligações de água:			
Número de ligações de esgoto:			
Material da tubulação:	( ) concreto ( ) manilha ( ) outro		
Maior Diâmetro:			
Menor diâmetro:			
Número de obstruções detectadas no coletor:			
Quantos dias o coletor ficou fora de operação, no mesmo ano, por qualquer problema?			

O estado de conservação e adequado?      ( ) sim      ( ) Não	
Existe programa de manutenção?	
<b>Interceptor</b>	
Extensão total	Corrego/rio interceptado :
Número de ligações de água:	
Número de ligações de esgoto:	
Material da tubulação:    ( ) concreto    ( ) manilha    ( ) outro	
Maior diâmetro (mm):	
Menor diâmetro (mm):	
Número de obstruçõesno interceptor:	
O estado de conservação e adequado?      ( ) sim      ( ) Não	
<b>Emisário ou linha de recalque</b>	
Extensão Total:	
Número de ligações de água:	
Número de ligações de esgoto:	
Regime de escoamento:      ( ) forçado    ( ) livre	
Material da tubulação:    ( ) concreto    ( ) manilha    ( ) outro	
Maior diâmetro (mm):	
Menor diâmetro (mm):	
Qual o número de obstruções detectadas no emissário?	
O estado de conservação e adequado?      ( ) sim      ( ) Não	
Existe programa de manutenção	
<b>Estação de tratamento de esgoto</b>	
Existente?      Sim ( )      Não ( )	
Vazão de operação:	
População atendida pelo sistema de tratamento:	
Tipo de tratamento:	
Gasto com energia:	
Gasto com produto químico:	
Responsável pela operação do sistema:	
Corpo receptor:	

## Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

### Sistema de Drenagem Urbana - SDU

Cadastro da rede de drenagem	Sim	Não	Obs.:	
Atendimento pelo Sistema (%)	Área atendida		Área não atendida	Obs.:
Bairros não atendidos	Descrição:			
Problemas no Atendimento	Sim	Não	Obs.:	
Extensão do pavimento das ruas (Km)	terra (     )	Asfalto (     )	Poliédrico (     )	Outros
Infraestruturas de drenagem				
Sarjetas	Sim	Não	Obs.:	
Bocas Coletoras	Sim	Não	Obs.:	
Redes tubulares	Sim	Não	Obs.:	
Galerias	Sim	Não	Obs.:	
Caixa de ligação	Sim	Não	Obs.:	
Poços de Visistas	Sim	Não	Obs.:	
Escada Hidráulica	Sim	Não	Obs.:	
Manancial de lançamento (l/s)	Nome		Coordenadas	Obs.:
Cursos d'água (km)	Leito natural		Canalizados abertos	Canalizados fechados
Eventos de Inundação/Enchente				
Episódios de Inundações/Enchentes	Sim	Não	Obs/Localização.:	
Domicílios Afetados (nº)	Obs.:			

Pontos de alagamentos	Sim	Não	Obs.:		
Pontos de inundações (extravazamento do córrego)	Sim	Não	Cursos d'água:		
Ocupação Irregular no leito dos córregos	Sim	Não	Obs.:		
Há Projetos de Remoção/Desapropriação de domicílios em andamento	Sim	Não	Obs.:		
Dispositivos de controle de inundações	Sim	Não	Obs.:		
Ocupação Irregular no leito dos córregos	Sim	Não	Obs.:		
Problemas de erosão/assoreamento na área urbana	Sim	Não	Obs.:		
Riscos associados à deslizamentos de terra	Sim	Não	Obs.:		
<b>Planejamento e Manutenção</b>					
Manutenção e limpeza das estruturas de drenagem	Tipo		Sim	Não	Frequência
Áreas de risco mapeadas	Sim	Não	Obs.:		
Há áreas brejosas	Sim	Não	Obs.:		
Percepção de esgoto conectado à rede	Sim	Não	Bairros	Volume	
Percepção de Resíduos Sólidos na rede e/ou cursos d'água	Sim	Não	Bairros	Obs.:	
Histórico pluviométrico	Sim	Não	Obs.:		
Projetos existentes	Sim	Não	Obs.:		
Obras em execução	Sim	Não	Obs.:		
Setor responsável pelo sistema de drenagem	Sim	Não	Quais:		
Número de funcionários para manutenção		Estes funcionários também se ocupam com outras demandas			Tempo de resposta para manutenção
Valores investidos nos últimos 10 anos	Sim	Não	Quais:		
Previsão de investimento no sistema	Sim	Não	Quais:		
Ações Ativas de manutenção	Limpeza	Obs.:			
	( )				

Forma de Solicitação dos Serviços à População	Telefone	Pessoalmente	E-mail	Obs.:
	( )	( )	( )	

**Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho**

**Resíduos Sólidos**

Participa de Consórcio	Sim	Não	Obs.:			
Possui Projeto de captação de recursos para investimento na área de Resíduos Sólidos	Sim	Não	Obs.:			
Quantas Instituições operam a Gestão dos Serviços	Coleta		Varrição		Disposição Final	
Atendimento (%)	Obs.:					
Problemas no Atendimento	Sim	Não	Obs.:			
Possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU)	Sim	Não	Obs.:			
Quantidade de resíduos gerados (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano	Secos	Úmidos	Hospitalar	Varrição	Construção	PEV - Ponto de Entrega Voluntária
<b>Destinação final</b>						
Aterro sanitário *próprio ou terceirizado	Sim	Não	Tipo	Prop/terc*	Licença ambiental	
Operação do aterro Sanitário (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano	Volume	Horário	Nº funcion.	Máquinas (trator de esteira)	Chorume	
Aterro de Inertes *próprio ou terceirizado	Sim	Não	Tipo	Prop/terc*	Licença ambiental	
Operação do aterro de Inertes (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano	Volume	Horário	Nº funcion.	Máquinas (trator de esteira)	Chorume	
Lixões/áreas irregulares	Sim	Não	Descrição			
Áreas clandestinas de descarte	Sim	Não	Descrição			
<b>Coleta Municipal</b>						
Coleta de lixo domiciliar	Sim	Não	nº dom.	Volume	Próprio/terceirizado	
Coleta de lixo hospitalar	Sim	Não	nº estab.	Volume	Próprio/terceirizado	
Remoção de animais mortos	Sim	Não	Descrição			

Coleta de lixo industrial	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Coleta seletiva	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
<b>Limpeza Urbana</b>						
Varrição e limpeza de vias	Sim	Não	Extensão/dia	Volume		Próprio/terceirizado
Limpeza de feiras livres	Sim	Não	Extensão/dia	Volume		Próprio/terceirizado
Serviços Municipais de Zeladoria *próprio ou terceirizado	Sim	Não	Prop/terc*	Destinação do resíduo	Obs.	
Conservação de praças e áreas verdes						
Poda e Remoção de árvores						
Limpeza de boca de lobo						
Limpeza de córregos						
Desassoreamento de Corregos						
Obras de manutenção						
Outros						
<b>Unidades do sistema de Resíduos sólidos</b>						
Unidade de transbordo	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Localização						
Unidade de triagem	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Localização						
Unidade de compostagem	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Localização						
Unidade de reciclagem de Resíduos de Construção Civil (RCC)	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Localização						
Tipo de material reciclado (m³/dia)	Papel	Plástico	Metais	vidros	outros	Obs.:
Empresas de reciclagem	Sim	Não	Descrição			
<b>Política de Logística Reversa</b>						
Resíduos possuem política reversa	Sim	Não	nº estab.	Volume		Tipo de Resíduos
<b>Resíduos de Serviços de Saúde</b>						
Unidade de Tratamento de Resíduos de serviços de saúde	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado

As instituições possuem PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde)	Sim	Não	Obs.:	
<b>Outras Informações</b>				
Associação de catadores	Sim	Não	Descrição	
	Possui Cadastro		Sim	Não
Série histórica de geração de resíduos	Sim	Não	Obs.:	
Tipo de Cobrança pela execução dos serviços	Obs.:			
Forma de Solicitação dos Serviços à População	Telefone	Pessoalmente	E-mail	Obs.:
	( )	( )		
Projetos existentes	Sim	Não	Obs.:	
Atendimento	(%)	Obs (Bairros, Distritos e/ou Localidades sem atendimento).:		
Projetos de Educação Ambiental	Sim	Não	Obs.:	
Ações de Educação Ambiental	Sim	Não	Obs.:	
Incentivos à reciclagem	Sim	Não	Obs.:	

**ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COM O GRUPO TÉCNICO  
PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE  
DATAS**

# LISTA DE PRESEÇA

Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Datás/MG

ATIVIDADE: 1ª Reunião do Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT – PMSB)

LOCAL: Prefeitura Municipal de Datás - Praça do Divino, 10, Centro, Datás/MG.

DATA: 17/12/2018

HORÁRIO: 9h

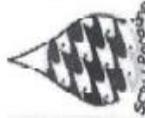
	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Thais Alves	HidroBR	519 88 33 56 25	pmsb@hidrobr.com
2	Milton Luiz de Azeite	PRADATAS	38 9973 77 174	governo@datás.mg.gov.br
3	Evandro de Paula Gonçalves	Copasa/Datás	(98) 99 58 69 49	evandro_brancho@copasa-datás.com.br
4	Armaeni Ribes	Copasa	38-99947350	armaeni-ribes@copasa.com.br
5	José Aparecido Ribeiro	Copasa	38-98803-7121	jose.vibeiro@copasa.com.br
6	Williamton S. Araújo de Azeite	P.M. DATAS	038 999516996	
7	Leonardo Salgado Sigiliano	CILAMAJE	038 3531 1350	lsigiliano.amaje@gmail.com
8	Antonio Gomes de Azeite	P.M. Datás	038 99936566	obras@datás.mg.gov.br
9	Elio Domingos Neto	Mobilização CBH Velhas	(31) 3226 7350	elio.domingos@cbhvelhas.org.br
10	Vitor Queiroz	HIDROBR	(31) 37539-0019	vitor.queiroz@hidrobr.com
11	Lucas Martins Machado	HIDRO BR	(31) 99841-7513	lucas.machado@hidrobr.com
12	João Luiz e Silveira	EMATER	38 999997 - 7013	joao@emater.mg.gov.br
13	Wilson dos Reis Azeite	Mc. Mun. de Poude	(38) 99922 0910	wilson@datás.mg.gov.br
14	Dea de Azeite	Preacademia	(38) 9999-8488	preacademia@datás.mg.gov.br
15	Guilherme Volpato Pereira	Prefeito	(38) 994604099	governo@datás.mg.gov.br

Execução

Apoio Técnico

Parceria

Realização



**ANEXO F – ATA DA REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE  
TRABALHO AO GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO  
MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DATAS**

## **ATA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE DATAS/MG**

**17 de dezembro de 2018**

Às 10h00min do dia 17 de dezembro de 2018, reuniu-se o Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município (GT – PMSB) de Datas/MG. A Reunião ocorreu no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), localizado na Avenida José Magalhães Pinto, 120, município de Datas/MG. Estiveram presentes: o Srs. Milton Luiz de Almeida, Hernane de Paula Brandão e Amauri Ribas e José Aparecido, Wellington de Paula, Leonardo Salvato, Antônio Geraldo, Sr. Élio Domingos Neto, Mobilizador Social do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Sr. João Luiz Silveira, Sra. Viviane das Dores Araújo, Sra. Rita de Cássia Almeida, Sr. Gonçalo Valdivino Pereira (prefeito do município). Representando a HIDROBR Soluções Integradas - empresa responsável pela Elaboração do Plano – Sr.. Vitor Queiroz, Sr. Lucas Martins Machado e Sra. Thais Alves. A reunião iniciou com a apresentação de todos os presentes. Posteriormente, o Sr. Élio Domingos apresentou a dinâmica de funcionamento do Comitê da Baía Hidrográfica do Rio da Velhas (CBH Rio das Velhas) e explicou a origem dos recursos para execução dos Plano Municipal no Município e dos projetos hidroambientais. Na sequência o Sr. Vitor Queiroz fez uma breve introdução sobre a Lei 11.445/2007, com o objetivo de informar e/ou capacitar os integrantes do GT para o acompanhamento da Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Na oportunidade, contextualizou os princípios da Lei supracitada, mencionando os principais pontos sobre a política Municipal de Saneamento Básico, incluindo a Elaboração do Plano de Saneamento Básico, a definição da forma de prestação de serviços, definição das funções, regulação e fiscalização, parâmetros para garantia do atendimento essencial à saúde, definição dos direitos e deveres dos usuários, criação do Fundo de Universalização, definição dos mecanismos de controle social, condições para intervenção e retomada dos serviços delegados e Sistema de Informações de Saneamento. Posteriormente, as dúvidas sobre a dinâmica de elaboração do plano foram sanadas. O Sr. Élio Domingos ressaltou a necessidade de encaminhamento do Plano para a Câmara Municipal para a instituição da Lei sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e posterior execução do mesmo. Também falou sobre a importância da revisão periódica do Plano e da possibilidade de captação de recursos por demanda do Subcomitê e Comitê de Bacia Hidrográfica. Na sequência, Sr. Vitor Queiroz apresentou o Plano de Trabalho, iniciando por um breve diagnóstico sobre a atreladas o saneamento no município. Seguiu com a metodologia que a empresa pretende adotar durante a execução do Plano. Por fim apresentou a agenda de entregas dos produtos previstos, a saber: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação, Diagnóstico da Situação de Saneamento Básico, Prognóstico, Programas e Ações, Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências, Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico, Relatório Final do PMSB - Documento Síntese. Apresentou também o cronograma de todas as ações previstas, destacando as seguintes atividades: visitas técnicas, previstas para o período previamente determinado entre os dias 07 e 10 de janeiro de 2018); envio do diagnóstico para 10 de Fevereiro de 2019, agendamento da segunda reunião no dia 19 de fevereiro de 2019 e Primeira Audiência Pública no dia 20 de fevereiro de 2019. Por fim, o grupo sugeriu que as próximas reuniões sejam realizadas no período noturno. Não tendo mais assuntos a tratar, o Sr Vitor Queiroz encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata